

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELANDRO MAICOU PIRES

MANUAL DE FINANÇAS PESSOAIS

**Contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na
gestão e controle das finanças pessoais.**

Florianópolis

2005

ELANDRO MAICOU PIRES

MANUAL DE FINANÇAS PESSOAIS

**Contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na
gestão e controle das finanças pessoais.**

Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade Federal de
Santa Catarina.

Professor Orientador: **Jurandir Sell Macedo Junior, Dr.**

Florianópolis

2005

ELANDRO MAICOU PIRES

MANUAL DE FINANÇAS PESSOAIS

**Contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na
gestão e controle das finanças pessoais.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina em 23 de novembro de 2005.

Prof.^a Eleonora Milano Falcão Vieira
UFSC – Florianópolis
Coordenador de Monografia em Exercício

Banca Examinadora:

Prof.^o Jurandir Sell Macedo Junior, Dr.
UFSC – Florianópolis
Professor Orientador

Prof.^o Rogério João Lunkes, Dr.
UFSC – Florianópolis
Membro

Prof.^a Deisy Cristina Corrêa Igarashi, M.Sc.
UFSC – Florianópolis
Membro

Dedico este trabalho a Deus,

O Criador.

Tão importante quanto à liberdade e a justiça é a educação de um povo. As primeiras, sem esta última não têm qualquer possibilidade de se perpetuar.

(James A. Garfield)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Maria, minha mãe, por seu amor e por acreditar em meus sonhos, sempre me incentivando a concretizá-los. Agradeço a José, meu Pai, por ser exemplo de determinação e perseverança. Agradeço a Julles e Fabiana, meus irmãos, por estarem sempre ao meu lado desde os primeiros anos de minha vida. Agradeço a Danúbia, minha namorada, por sua paciência e carinho em todos os momentos. Agradeço aos meus amigos Juliano e Beto, por me ensinarem a descobrir o verdadeiro significado da palavra amizade. E por fim, agradeço ao Prof. Jurandir, por buscar o conhecimento e reparti-lo com os que estão à sua volta.

RESUMO

PIRES, Elandro M. *Manual de Finanças Pessoais*, 2005. 77 folhas. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

O tema do trabalho refere-se à necessidade da aplicação de técnicas contábeis e o conhecimento de algumas fontes de investimento que auxiliem na elaboração de um planejamento financeiro pessoal, visando o controle e gestão do patrimônio individual. O objetivo do trabalho é a elaboração de um “*Manual de Finanças Pessoais*”, justificado pela carência de material didático que auxilie na condução da educação para a gestão e controle financeiro pessoal. Para atingir o objetivo proposto foram utilizados estudos exploratórios, com procedimentos de pesquisas bibliográficas e uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: *Contabilidade de pessoas físicas. Planejamento. Fontes de Investimento.*

ABSTRACT

PIRES, Elandro M. *Manual of Personal Finances*, 2005. 77 leaves. Monograph (Course of Sciences Accounting) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

The topic of this work refers to the necessity of the applying of the accounting techniques and the knowledge of some sources of investment that assist with the elaboration of a personal financial planning. The goal of this work is the elaboration of a “*Manual of Personal Finances*” which is justified by the lack of financial education in the personal financial management. In order to achieve the purposed goal some exploratory researches were used, which were based on bibliographic references and on qualitative approach.

Key words: *Accounting of physical person. Planning. Investment Resources.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: EQUAÇÃO MATEMÁTICA DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL	23
FIGURA 2: RELAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS SEGUNDO KIYOSAKI	23
FIGURA 3: FÓRMULA DE APURAÇÃO DO RESULTADO	25
FIGURA 4: RELAÇÃO DE GASTOS FIXOS E VARIÁVEIS	28
FIGURA 5: RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS.....	29
FIGURA 6: RELAÇÃO DE IMOBILIZADOS.....	30
FIGURA 7: RELAÇÃO DE DISPONIBILIDADES	31
FIGURA 8: FÓRMULA DA LIQUIDEZ IMEDIATA.....	55
FIGURA 9: BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL	56
FIGURA 10: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PESSOAL.....	58
FIGURA 11: ORÇAMENTO DO CAIXA PESSOAL	60
FIGURA 12: LIVRO-CAIXA PESSOAL	61
FIGURA 13: EXEMPLO DE COMPOSIÇÃO DE RESERVAS.....	62
FIGURA 14: QUADRO COMPARATIVO DE INVESTIMENTO (RETORNO, RISCO, LIQUIDEZ)	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ALÍQUOTAS DO IPVA	36
TABELA 2: ALÍQUOTAS DO ITCMD	39
TABELA 3: TABELA PROGRESSIVA DO CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA.	39
TABELA 4: TABELA DE CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO EMPREGADO	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.3	OBJETIVOS	14
1.3.1	OBJETIVO GERAL	14
1.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.4	JUSTIFICATIVA	14
1.5	METODOLOGIA DE PESQUISA	16
1.5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: TIPO DE PESQUISA	16
1.6	LIMITAÇÃO DA PESQUISA	18
1.7	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1	CONTABILIDADE PESSOAL	20
2.1.1	CONCEITO	20
2.1.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS UTILIZADAS NA GESTÃO PESSOAL	20
2.1.2.1	Balanço Patrimonial	21
2.1.2.2	Demonstração do Resultado do Exercício	24
2.1.2.3	Demonstração do Fluxo de Caixa	26
2.1.3	GASTOS NAS FINANÇAS PESSOAIS	26
2.1.3.1	Gastos fixos e variáveis	27
2.1.3.2	Gastos financeiros	28
2.1.4	INVESTIMENTOS NAS FINANÇAS PESSOAIS	28
2.1.5	IMOBILIZADO NAS FINANÇAS PESSOAIS	29
2.1.6	DISPONIBILIDADES NAS FINANÇAS PESSOAIS	30

2.1.7	PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS À PESSOA FÍSICA: ENTIDADE	31
2.2	PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	32
2.2.1	CONCEITO	32
2.2.2	PLANEJADOR OU CONSULTOR FINANCEIRO	33
2.2.3	TRIBUTOS DA PESSOA FÍSICA	33
2.2.3.1	Tributos Municipais	34
2.2.3.2	Tributos Estaduais	35
2.2.3.3	Tributos Federais	38
2.2.4	ÍNDICES DE MERCADO.	44
2.3	PRINCIPAIS OPÇÕES DE INVESTIMENTO	45
2.3.1	CADERNETA DE POUPANÇA	46
2.3.2	FUNDOS DE INVESTIMENTO	46
2.3.3	TESOURO DIRETO	48
2.3.4	AÇÕES	50
3	TÓPICOS DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL	53
3.1	QUAL O MELHOR INVESTIMENTO?	54
3.2	AVALIE SUA SITUAÇÃO PATRIMONIAL	55
3.3	IDENTIFIQUE SEUS RENDIMENTOS E GASTOS PESSOAIS	57
3.4	ELABORE UM ORÇAMENTO DO CAIXA PESSOAL	59
3.5	CONTROLE TODOS OS SEUS RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS	61
3.6	ESTIMULE A POUPANÇA, CRIANDO UM FUNDO DE RESERVA	62
3.7	PROCURE A MELHOR FORMA DE INVESTIR O SEU DINHEIRO	63
3.8	AVALIE SUAS PRIORIDADES, EVITANDO PAGAMENTOS DESNECESSÁRIOS	64
3.9	ABRIR O PRÓPRIO NEGÓCIO É UM BOM NEGÓCIO.	65
3.9.1	GOSTAR DO QUE SE FAZ É MUITO IMPORTANTE	66
3.9.2	QUEM ABRE O NEGÓCIO DEVE ENTENDER DO NEGÓCIO	66

3.9.3	AVALIE TENDÊNCIAS E FAÇA PESQUISAS DE MERCADO	67
3.9.4	PROCURE UM BOM GESTOR DE CONTABILIDADE	67
3.9.5	PLANEJAR O NEGÓCIO É ESSENCIAL	69
3.10	EVITE A CAPTAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	70
3.11	SEGURO: FAZER OU NÃO FAZER?	71
3.12	NÃO VIVER PARA O DINHEIRO É SAUDÁVEL	71
4	CONCLUSÃO	73
4.1	OBJETIVO DO MANUAL DE FINANÇAS PESSOAIS	73
4.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

A vida em sociedade fez com que o ser humano começasse a ter que criar meios de controlar suas posses, organizando e mensurando todos os seus pertences. O homem, instintivamente, e de forma rudimentar, sempre aplicou técnicas de contabilidade e planejamento no controle da gestão pessoal. De acordo com Lopes de Sá (1997, p. 12)

O imenso caminho percorrido pela mente humana, na sucessão dos anos, nas diversas civilizações, no campo da Contabilidade, forma um dos acervos culturais talvez mais preciosos da história da humanidade, pelo que contribuiu para o progresso. Em tarefas quase anônimas, mas, partindo da memória dos fatos da riqueza para o entendimento de como a mesma poderia ser mais bem utilizada para a eficácia, os contabilistas, ao longo dos anos, foram sempre acrescentando utilidades à vida humana.

Através do tempo a contabilidade veio evoluindo e atendendo as necessidades do homem. A partir da criação dos métodos das partidas dobradas, a ciência tornou-se principal instrumento para o controle e gestão dos patrimônios de pessoas físicas e jurídicas. Segundo Iudicibus (1995, p. 21)

A economia de mercado e seu florescer foram, fortemente amparados pelo surgimento e aperfeiçoamento das partidas dobradas. O método tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades, mesmo que tais atividades econômicas não sejam atividades-fim.

Atualmente o sistema contábil apresenta muitas formas de demonstrativos e relatórios, que acoplados a tecnologia de computadores, fazem da contabilidade uma ferramenta estratégica e indispensável dentro da sociedade, sendo utilizada em entidades públicas, privadas, e também na gestão pessoal. Para Iudicibus (1995, p. 21)

A contabilidade, na qualidade de metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não-lucrativas, empresa, ou mesmo pessoa de Direito Público, tem um campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer, muito amplo.

Infelizmente poucas pessoas físicas têm um bom controle financeiro pessoal. Este trabalho irá abordar a contabilidade como ferramenta de gestão e controle do patrimônio pessoal, como também irá demonstrar alguns conceitos relacionados a planejamento financeiro, fontes de investimentos e tributos incidentes sobre as pessoas físicas.

1.2 Tema e Problema de Pesquisa

A utilização de técnicas contábeis para a gestão e o controle das finanças pessoais é de fundamental importância para análise, comparações e tomadas de decisões eficientes. Juntamente com um planejamento financeiro pessoal e alguns conhecimentos sobre fontes de investimento, formam uma excelente estratégia e um forte alicerce na busca pelo sucesso financeiro de uma pessoa ao longo de sua vida. A contabilidade e o planejamento financeiro não são utilizados na gestão do patrimônio pessoal, sendo utilizados apenas por empresas, que quando aplicam de forma correta, garantem estabilidade e saúde financeira em longo prazo. Segundo Iudicibus (1995, p. 24)

A contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais. Frequentemente, as pessoas se esquecem de que alguns conhecimentos de Contabilidade e Orçamento muito as ajudariam no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos.

Em virtude do tema proposto, surge o seguinte questionamento: Como utilizar uma contabilidade pessoal e um planejamento financeiro como ferramenta de controle e gestão nas finanças pessoais?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral a elaboração de um “*Manual de Finanças Pessoais*”, definindo os conceitos de contabilidade pessoal e planejamento financeiro pessoal e utilizando-os como ferramentas para controle e gestão do patrimônio da pessoal.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para cumprir o objetivo geral deste trabalho, o mesmo será subdividido nos seguintes objetivos específicos:

- definir contabilidade pessoal e planejamento financeiro pessoal;
- descrever algumas técnicas e ferramentas contábeis de apoio no controle e gestão do patrimônio pessoal;
- informar algumas opções de investimentos existentes;
- elaborar um Manual de Finanças Pessoais.

1.4 Justificativa

A cultura e alfabetização financeira são extremamente importantes na gestão e controle das finanças pessoais. A educação financeira significa o conhecimento de conceitos relacionados com a política monetária, mercado financeiro e a utilização de técnicas e ferramentas contábeis e administrativas que ajudam as pessoas a obterem estabilidade e sucesso financeiro ao longo de suas vidas. A educação financeira representa também o comportamento ético e social de cada cidadão, a responsabilidade de cada um dentro da sociedade, buscando sua realização pessoal e profissional, e tendo seus atos, simultaneamente,

reflexos positivos em ações de caráter econômico e conseqüentemente social. Para Pereira (apud. SILVA, 2004, p. 78)

Educação financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano de viver bem física, emocional, intelectual, social e espiritualmente. Educação financeira não é apenas o conhecimento do mercado financeiro com seus jargões, produtos, taxas e riscos, mas esse conhecimento faz parte. É chegar à sabedoria de perceber que a riqueza só serve para os vivos, e por mais rico que você seja, a riqueza material é temporária.

Entretanto esse conhecimento financeiro não é alcançado por todos. Muitas pessoas não conseguem obter sucesso financeiro em suas finanças pessoais, justamente por desconhecerem sobre esses conceitos, que na verdade, deveria ser de conhecimento intrínseco de cada um. *“O dinheiro sem a inteligência financeira é dinheiro que desaparece depressa”*. (KIYOSAKI, LECHTER, 2000, p. 60). A carência de material didático que auxilie na condução da educação para a gestão e controle financeiro pessoal, principalmente entre os profissionais, professores e acadêmicos de contabilidade, administração e economia, que são agentes que atuam nas áreas de finanças, é um fator agravante quando se trata do tema educação financeira de uma sociedade.

1.5 Metodologia de Pesquisa

Na elaboração e conclusão de um trabalho de pesquisa, para obter-se êxito e para que os objetivos sejam alcançados, métodos, metodologias, técnicas e processos de pesquisas devem ser adotados. Estes aspectos metodológicos aplicados são de fundamental importância para a organização e direcionamento de um trabalho de pesquisa, e devem ser de conhecimento do pesquisador. Isto irá ajudá-lo a ter maior agilidade e embasamento teórico suficiente que sirva de sustentação, confirmação e aprovação de seu trabalho.

1.5.1 Caracterização da Pesquisa: Tipo de pesquisa

Ao buscar o significado da palavra “pesquisa”, que vem do latim “*perquirere*, que significa “ato ou efeito de pesquisar” (www.priberam.pt/dlpo), outra palavra deve ser traduzida para uma maior compreensão e esclarecimento do significado da primeira. A palavra “pesquisar”, segundo Aurélio Buarque de Holanda, traz três significados em seu nome conforme segue: “1. Buscar com diligência; inquirir; 2. Informar-se a respeito de, indagar; 3. Empregar meios para chegar ao conhecimento da verdade”.

Para Richardson (1999, p.15)

A única maneira de aprender a pesquisar é fazer uma pesquisa. Não existe uma fórmula mágica e única para realizar uma pesquisa ideal; Talvez não exista nem existirá uma pesquisa perfeita. A investigação é um produto humano, e seus produtores são seres *falíveis*¹. Fazer pesquisa não é privilégio de alguns poucos gênios. Precisa-se ter conhecimento da realidade, algumas noções básicas da metodologia e técnicas de pesquisa, seriedade e, sobretudo trabalho em equipe e consciência social.

Para se chegar ao conhecimento da verdade se faz necessário a utilização de métodos. Esses métodos aplicados na pesquisa são as ferramentas para obterem-se as respostas.

¹ Falíveis: que pode falhar; que se pode enganar. (www.priberan.pt/dlpo)

Segundo Selltiz (1965, p. 5, *apud*. LAKATOS, 1999, p.18) “a finalidade da pesquisa é descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos”.

Para Richardson (1999, p. 22), “método” seria o caminho ou a maneira para se chegar a um determinado fim ou objetivo, ou seja, a maneira de obter respostas para determinadas questões. A palavra método vem do grego *méthodos* (meta = além de, após de + ódos = caminho), e difere de “metodologia, que deriva do grego *méthodos* (caminho para chegar a um objetivo) + *logos* (conhecimento). Assim metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método.

Com a aplicação destes métodos chegar-se-á a conclusão deste trabalho, com a elaboração de um “*Manual de Finanças Pessoais*”. Alguns autores escrevem sobre “finanças pessoais”, entretanto muita informação está dispersa e outras formas de controle e gestão do patrimônio pessoal podem e devem ser abordados e pesquisados. O plano de pesquisa ou o objetivo da pesquisa utilizado para elaboração e conclusão deste é baseado em estudos exploratórios. O intuito deste manual é demonstrar alguns conceitos relacionados a finanças pessoais, contabilidade pessoal, planejamento financeiro e algumas fontes de investimentos. Estes conhecimentos são muito eficazes no controle e gestão do patrimônio pessoal. Segundo Gil (1999, p. 43) “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Para Lakatos (1999, p. 87) pesquisa exploratória

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar conceitos.

Com base nos estudos exploratórios utilizados para o desenvolvimento e conclusão do trabalho, é adotado um procedimento de pesquisa bibliográfico, por ter como embasamento e

fundamentação teórica, livros e artigos publicados sobre o tema proposto. Conforme Lakatos (1999, p. 73)

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais: rádios, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

A abordagem utilizada nesta pesquisa é qualitativa, pois utiliza fontes de conhecimento existentes para a elaboração um manual de finanças pessoais, não empregando qualquer instrumento estatístico na elaboração deste. Para Oliveira (2000) “o método qualitativo é considerado como o método mais exploratório que auxilia na pesquisa científica, ele mensura as categorias e atributos da pesquisa”.

De acordo com Richardson (1999 p. 80)

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos e possibilitar, em maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

1.6 Limitação da Pesquisa

Existem inúmeras técnicas e conceitos que podem ser empregados no controle e gerenciamento de um patrimônio. Este trabalho de pesquisa aborda conceitos de contabilidade (demonstrações contábeis e princípios contábeis), planejamento financeiro (tributos, índices de inflação) e algumas opções de investimento (ações e fundos de investimento), voltados para a gestão e controle do patrimônio de pessoas físicas.

1.7 Organização do Trabalho

No primeiro capítulo, são apresentadas considerações iniciais, com uma pequena introdução sobre a contabilidade e sua importância tanto na gestão empresarial como na gestão pessoal. O tema do trabalho refere-se ao controle e gestão das finanças pessoais, abordando contabilidade de pessoas físicas, planejamento financeiro pessoal e o conhecimento de algumas opções de investimento. O objetivo do trabalho é a elaboração de uma “*Manual de Finanças Pessoais*”, justificado pela falta de educação e cultura financeira na gestão do patrimônio individual. O primeiro capítulo também mostra a metodologia de pesquisa aplicada para a confecção deste trabalho. O segundo capítulo indica a fundamentação teórica que serve de sustentação na elaboração do referido manual, dividida em três partes. Na primeira parte são abordados conceitos de contabilidade pessoal. A segunda parte da fundamentação trata sobre tópicos específicos de planejamento financeiro pessoal e na terceira parte são demonstradas algumas opções de investimentos. O capítulo três relaciona tópicos de controle financeiro pessoal, com alguns conselhos que auxiliam na gestão e controle das finanças pessoais. No capítulo quatro e cinco são apresentadas às considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas, respectivamente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade Pessoal

2.1.1 Conceito

Contabilidade pessoal é a organização e controle do patrimônio de pessoas físicas. É o registro de todas as operações financeiras realizadas por uma pessoa física, que serve de informação para o controle e gestão das finanças pessoais. Essas operações envolvem o registro das aquisições de bens e direitos, obrigações contraídas, como todas as transações financeiras e econômicas de uma pessoa. Os bens e direitos são chamados “ativos”, enquanto que as obrigações chamam-se “passivos”. De acordo com Iudicibus, Martins, Gelbcke (2000, p. 42), “a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

2.1.2 Demonstrações Contábeis utilizadas na Gestão Pessoal

As demonstrações contábeis são relatórios emitidos por entidades empresariais, entidades sem fins lucrativos, como também pelo governo. As sociedades devem elaborar no fim de cada exercício social² as demonstrações contábeis. Registradas nos órgãos competentes devem estar à disposição do fisco sempre que solicitado. De acordo com o artigo 176, de BRASIL (1976)

Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações

² Exercício social: período fixado em lei ao término do qual a empresa deve elaborar suas demonstrações contábeis. (artigo 175, de BRASIL).

ocorridas no exercício: Balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações de recursos.

Os governos municipal, estadual e federal também devem publicar em Diário Oficial suas demonstrações contábeis. Mesmo não sendo obrigatório por lei, a elaboração de demonstrações contábeis utilizadas no gerenciamento das finanças pessoais são extremamente eficientes. Devem ser confeccionadas de forma clara e de fácil entendimento, de acordo com cada pessoa. Os relatórios contábeis demonstram em valores monetários:

- a relação do patrimônio bruto da pessoa física: imóveis, veículos, aplicações financeiras, saldos bancários, empréstimos concedidos, contas a receber, etc.;
- as dívidas e obrigações contraídas no patrimônio pessoal, como: empréstimos contraídos, financiamentos, gastos fixos e variáveis, tributos incidente sobre os rendimentos e propriedades, contas a pagar, etc.;
- a situação líquida, ou seja, o resultado da diferença entre os ativos e passivos;
- os recebimentos ganhos pela pessoa física: salários, pró-labores, ganhos de capital, rendimentos de aplicações financeiras, aluguéis recebidos, etc.;
- a relação de gastos incorridos num determinado período;
- as origens e aplicações de recursos efetuados pelas pessoas físicas.

2.1.2.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a representação da situação patrimonial, financeira e econômica do patrimônio de um ente ou entidade. Registra o valor dos bens, direitos e obrigações, como também, a situação líquida do mesmo num determinado período. Para Franco (1996, p. 63)

Balanço é a representação sintética dos componentes patrimoniais e de suas variações. Do ponto de vista estático é a representação patrimonial em determinado momento. Do ponto de vista dinâmico é a demonstração das variáveis patrimoniais e do resultado do exercício. Através do balanço a contabilidade exerce sua função expositiva demonstrando a situação do patrimônio em determinado momento e as variações por ele sofridas em um período.

Segundo Gouveia (1982, p. 79)

Um balanço patrimonial consiste na apresentação dos saldos respectivos de todas as contas da contabilidade de uma companhia em uma determinada data, dispostos em forma relativamente padronizada, com a finalidade de permitir, a quem o analisa, uma visualização rápida da posição econômico-financeira dessa companhia naquela data. Em resumo, o balanço patrimonial representa uma fotografia da empresa em determinada data, expressa em valores monetários.

O balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Segundo Iudicibus, Martins, Gelbcke (2000, p. 26): “o ativo compreende as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos. O passivo compreende as exigibilidades e obrigações. E o patrimônio líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa”.

Tratando-se de gestão pessoal, o ativo ou patrimônio bruto, representam as aplicações de recursos efetuadas pela pessoa física em bens duráveis (veículos, imóveis, aparelhos, eletrodomésticos, etc), e investimentos em aplicações financeiras (ações, títulos públicos, cadernetas de poupança, etc), como também suas disponibilidades (dinheiro, contas bancárias, valores a receber, etc). No passivo as exigibilidades e obrigações, representam as dívidas contraídas no patrimônio pessoal. Estas indicam a captação de recursos com terceiros, como empréstimos e financiamentos para capital de giro (quitação de dívidas) e aquisição de bens duráveis. Também demonstram os gastos fixos e variáveis mensais com bens de consumo, investimentos intelectuais e tributos incidentes sobre os rendimentos e propriedades das pessoas físicas. A diferença entre as posses de uma pessoa menos o que ela deve, representa o patrimônio líquido ou situação líquida desta num determinado período, conforme demonstra a figura 1.

$$\text{ATIVO} - \text{PASSIVO} = \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

FIGURA 1: EQUAÇÃO MATEMÁTICA DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL
 Fonte: Adaptado de IUDÍCIBUS (1995)

Alguns autores tratam os conceitos contábeis acima descritos, com uma conotação um pouco diferenciada dos livros de contabilidade. Kiyosaki e Lechter (2000, p. 65) descrevem que “ativo é algo que põe dinheiro no seu bolso e um passivo é algo que tira dinheiro do seu bolso”. Ou seja, tudo aquilo em que forem aplicados recursos e garantam algum tipo de retorno financeiro é considerado um ativo. Enquanto, que um passivo é tudo aquilo que exige gastos de manutenção e operacionalização. Exemplos de ativos e passivos segundo Kiyosaki, Lechter:

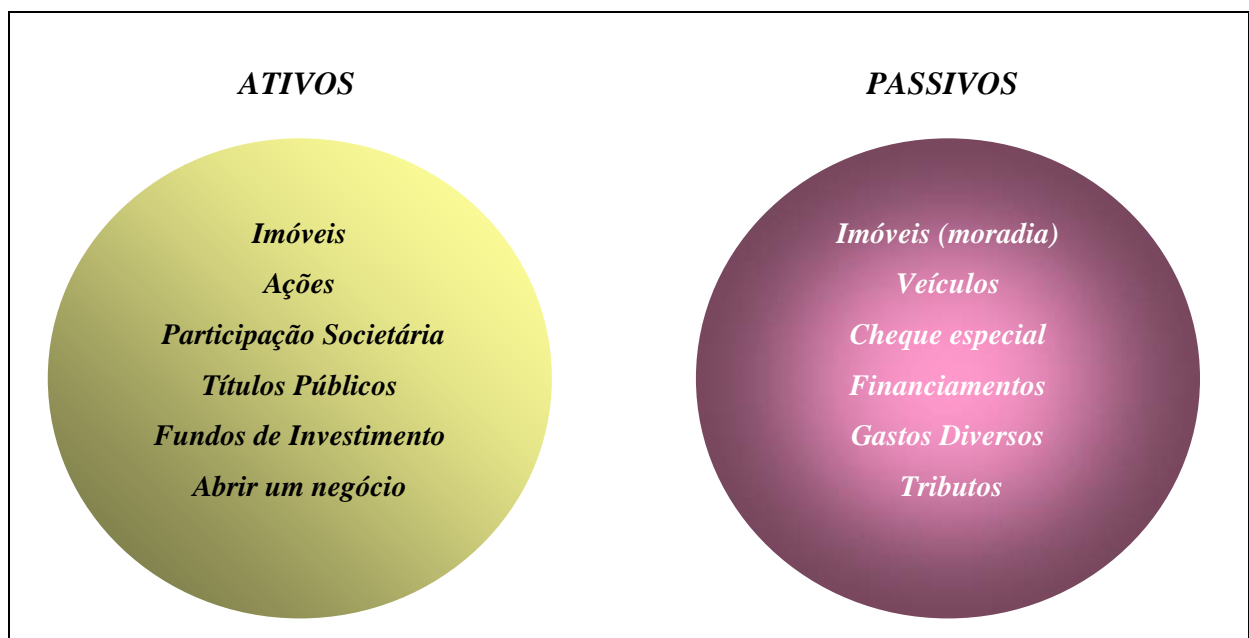


FIGURA 2: RELAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS SEGUNDO KIYOSAKI
 Fonte: Adaptado de KIYOSAKI, LECHTER (2000)

Todavia, a legislação e os conceitos contábeis existentes não podem deixar de serem considerados. Ativos compreendem as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos (IUDICIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2000, p. 26), e mesmo que exijam gastos de manutenção, os ativos chamados de passivos por Kiyosaki e Lechter, possuem valor monetário e expressam entrada de recursos no caso de alienação. Outro fator contraditório a este autor, citando como exemplo os imóveis adquiridos para fins residenciais, é o fato de que no Brasil a moradia não pode ser considerada como um passivo, pois os costumes e a disponibilidade de aluguel e financiamentos imobiliários são diferentes de outros países.

Entretanto, deste conceito apresentando por Kiyosaki e Lechter é importante ressaltar que no momento da aquisição de alguns bens, os mesmos podem acarretar certos gastos de manutenção, diminuindo com isso, o resultado financeiro num determinado período. Por esse motivo é interessante saber mensurar as necessidades e desejos envolvidos e se realmente é relevante considerando o retorno financeiro e pessoal esperado. Procurar investir em ativos que gerem retorno financeiro, para que o patrimônio trabalhe para a pessoa e não o contrário é uma boa técnica para buscar o crescimento do patrimônio pessoal.

2.1.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período (IUDICIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2000, p. 290).

Nas finanças pessoais este relatório apresenta em valores monetários, todos os rendimentos e gastos fixos, variáveis e financeiros envolvidos. Os rendimentos são todos os

recebimentos ganhos pela pessoa física como: salários, pró-labores, ganhos de capital, rendimentos de aplicações financeiras, aluguéis recebidos, etc., Os gastos, sendo subdivididos em fixos, variáveis e financeiros, são todos os pagamentos, salvo aqueles aplicados em investimentos e imobilizados como: educação, investimentos culturais e intelectuais, alimentação, vestuário, lazer, transporte, energia elétrica, água e esgoto, telefone, internet, manutenção de bens duráveis, etc. É também na demonstração do resultado do exercício que está expresso o valor do resultado positivo ou negativo (lucro ou prejuízo) em um determinado período.

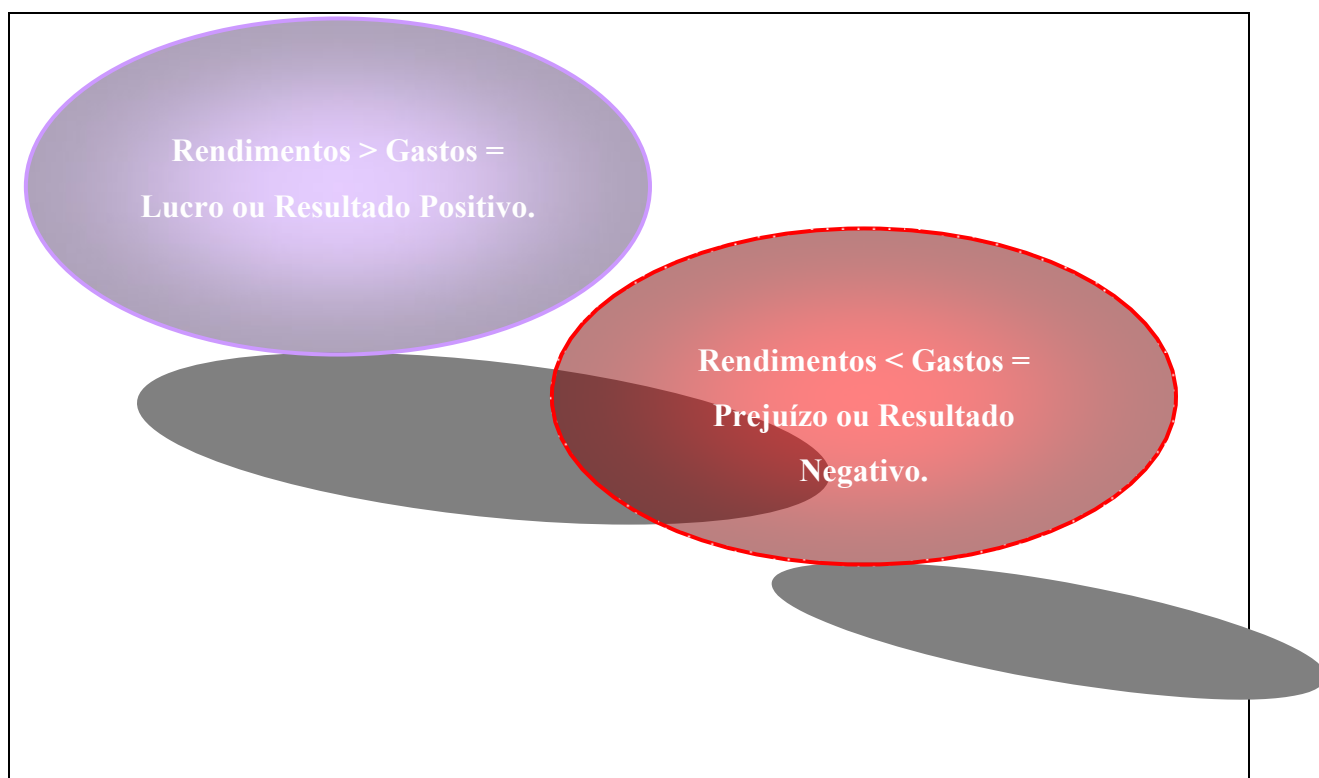


FIGURA 3: FÓRMULA DE APURAÇÃO DO RESULTADO

Fonte: Elaborado pelo autor

A Lei das S/A (*apud* IUDICIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2000, p. 28) define o conteúdo da demonstração do resultado, que deve ser apresentada na forma dedutiva, com os

detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definido claramente o lucro ou prejuízo líquido de um período.

Através desta demonstração a pessoa física consegue obter informações sobre lucratividade, ou seja, saber quanto representa em percentuais, o valor do lucro/prejuízo ou sobra/perda em relação ao que foi recebido. E também o quanto representa, percentualmente e individualmente, os gastos incorridos em relação aos seus recebimentos num determinado período. Esta informação pode ser útil na busca da redução de determinado gasto.

2.1.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa é um relatório que ainda não é abrangido pela lei das S/A (IUDICIBUS, MARTINS. GELBCKE, 2000, p. 29), não sendo obrigatório a elaboração deste pelas entidades. Entretanto, esta demonstração é indispensável no controle e gestão de qualquer organização e deve ser obrigatoriamente utilizada. Nas finanças pessoais não é diferente, e para uma boa gestão do patrimônio pessoal é necessário à utilização desta ferramenta. É na demonstração de fluxo de caixa, que são apresentados todos os recebimentos e pagamentos efetuados em um determinado período, ou seja, é o controle de toda a entrada e saída de dinheiro do patrimônio pessoal.

2.1.3 Gastos nas finanças pessoais

Na contabilidade despesa e custo possuem conceitos distintos. Enquanto despesa é o gasto realizado com o intuito de gerar recursos, custos são os gastos envolvidos na produção de outros bens e/ou serviços. Segundo Martins (2001, p. 26), “despesa é o bem ou serviço

consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas, e o custo é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.” Na gestão pessoal o conceito de despesa e custo não são apropriados para referenciar a saída de dinheiro, considerando que não há desembolso de recursos para a obtenção de receita e não há a produção de bens e serviços, sendo o rendimento proveniente do trabalho da própria pessoa ou de alguma forma de investimento por ela aplicada. Neste trabalho será chamado de “gasto”, todo o pagamento realizado por uma pessoa, salvo na aquisição de ativos, e amortização de financiamentos e empréstimos do passivo. Esses gastos podem ser fixos, variáveis e financeiros.

2.1.3.1 Gastos fixos e variáveis

Os gastos fixos são freqüentemente, pagamentos de bens e serviços associados às necessidades básicas de uma pessoa e indispensáveis no seu dia a dia. Geralmente são permanentes e todos os meses são realizados. A maioria deles é comum a todas as pessoas, contudo varia de acordo com a necessidade de cada um. Esses gastos podem desaparecer em determinado momento, dependendo da situação.

Os gastos variáveis geralmente envolvem bens e serviços relacionados ao bem-estar, conforto, atividades de lazer, cultural, status, etc. Freqüentemente os pagamentos não são constantes, ou seja, não sendo pagos periodicamente, contudo alguns são pagos mensalmente. Abaixo segue relação de alguns gastos fixos e variáveis:

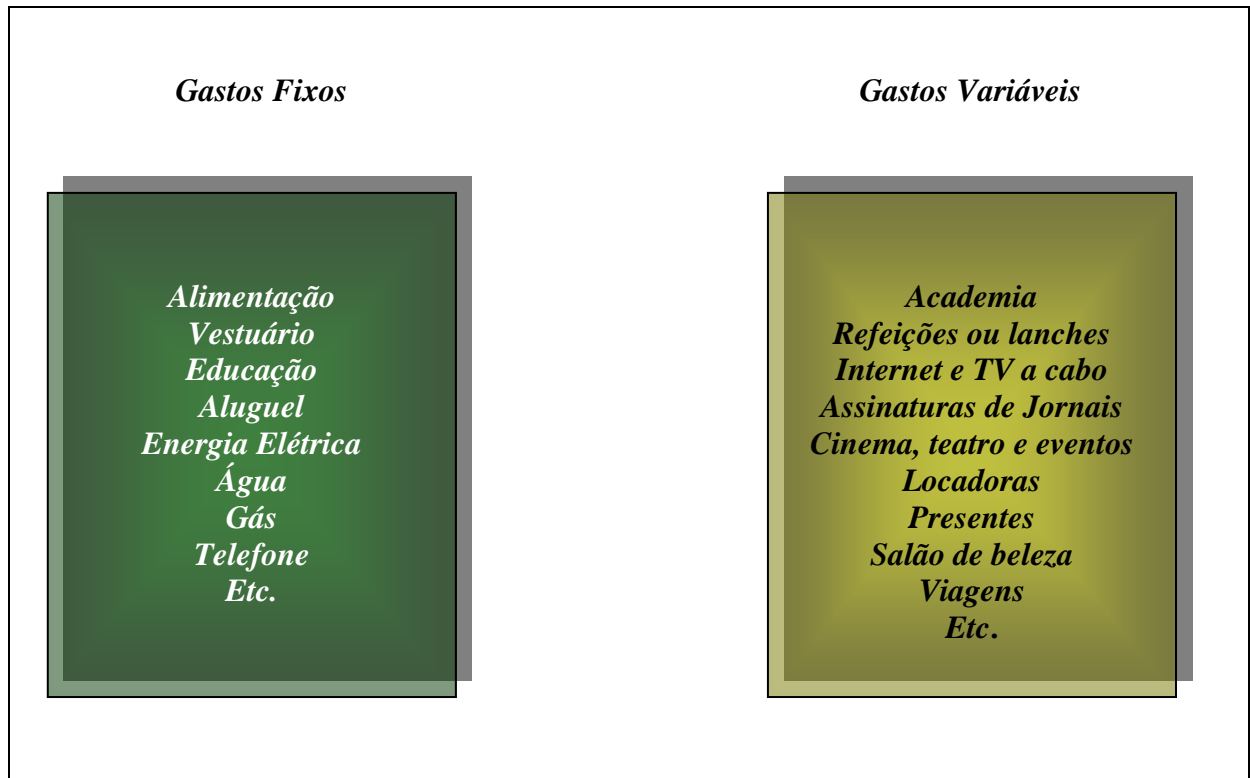


FIGURA 4: RELAÇÃO DE GASTOS FIXOS E VARIÁVEIS

Fonte: Elaborado pelo autor

2.1.3.2 Gastos financeiros

Esses gastos representam todos os pagamentos efetuados pela pessoa física relacionados com operações financeiras como: CPMF, IOF, tarifas bancárias, juros de empréstimos e financiamentos, juros do cheque especial, etc.

2.1.4 Investimentos nas finanças pessoais

Os investimentos são aplicações de recursos em bens ou serviços que tragam alguma forma de retorno financeiro. Conforme Martins (2001, p. 25) “investimento é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.” São apresentados

no balanço pessoal como ativos e representam, juntamente com o imobilizado, e as disponibilidades, o patrimônio bruto pessoal. Os investimentos intelectuais, em educação como: faculdade, pós-graduação, mestrado, doutorado, curso de idiomas, cursos de informática, cursos profissionalizantes, entre outros, são contabilizados como gastos fixos e não aparecem no balanço pessoal, devido à dificuldade em mensurar tais valores. A figura 5 relaciona alguns tipos de investimentos.



FIGURA 5: RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Fonte: Elaborado pelo autor

2.1.5 Imobilizado nas finanças pessoais

De acordo com o artigo nº. 179, de BRASIL (1976), “serão classificados como ativo imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive, os de propriedade industrial ou comercial”.

Tratando-se de patrimônio pessoal, no grupo imobilizado são registrados os valores dos bens duráveis que geralmente exigem uma aplicação maior de recursos e não geram retorno financeiro para a pessoa. Suprem necessidades psicológicas dos agentes econômicos, como conforto, proteção, segurança, status, entre outros, contudo, depreciam o seu valor monetário com o passar do tempo, salvo algumas exceções.

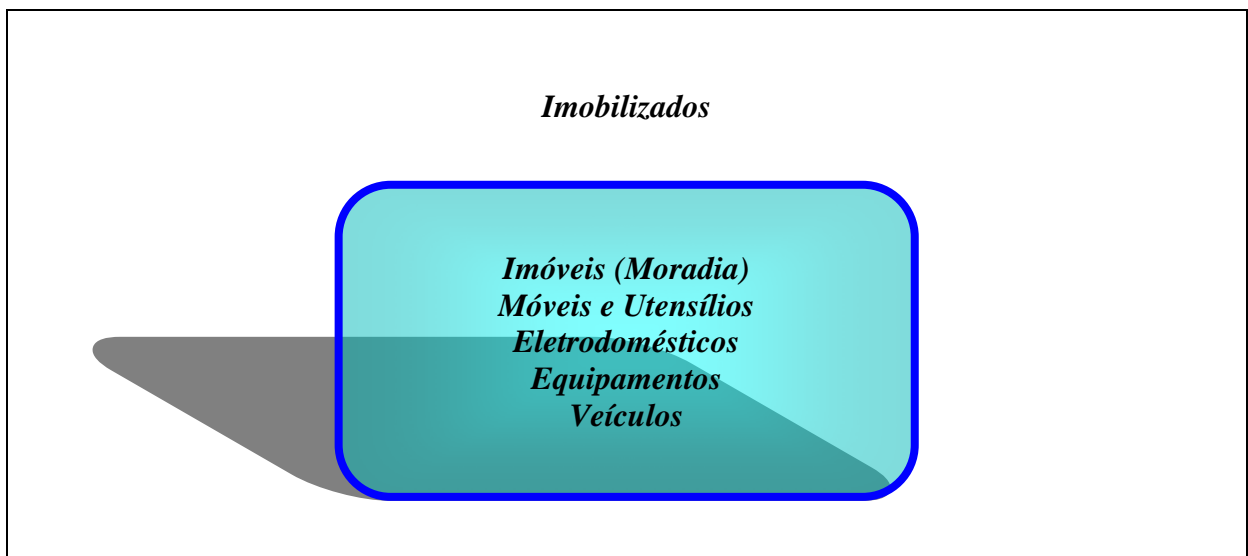


FIGURA 6: RELAÇÃO DE IMOBILIZADOS

Fonte: Elaborado pelo autor

2.1.6 Disponibilidades nas finanças pessoais

A intitulação *disponibilidades*, dada pela Lei nº. 6.404/76, é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como valores equivalentes, como cheques em mãos e em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da empresa e para os quais não haja restrições para uso imediato (IUDICIBUS, MARTINS. GELBCKE, 2000, p. 79). Nas finanças pessoais, não será diferente chamado de

disponibilidades, todos os valores (ativos) que se encontram a disposição da pessoa, representados por dinheiro em espécie, contas bancárias e valores a receber.

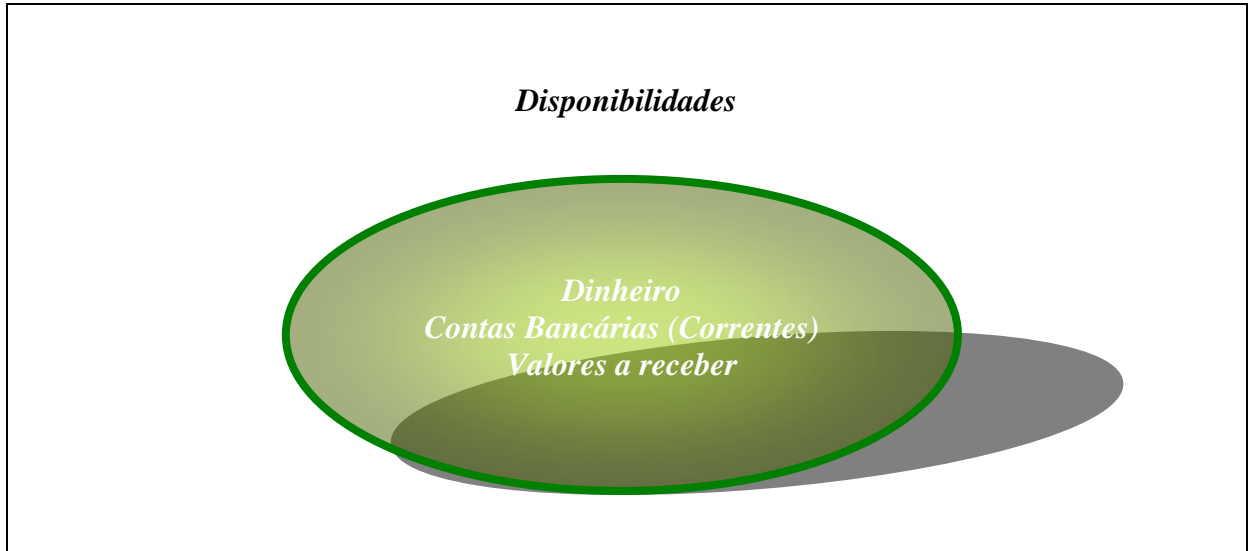


FIGURA 7: RELAÇÃO DE DISPONIBILIDADES

Fonte: Elaborado pelo autor

2.1.7 Princípios Contábeis aplicados à pessoa física: Entidade

De todos os princípios contábeis existentes, o *Princípio da Entidade* é o mais importante na gestão das finanças pessoais. Este princípio defende a separação da escrita contábil entre pessoa física e jurídica. O proprietário de empresa, o autônomo e o profissional liberal devem elaborar suas escriturações contábeis distintas uma da outra. Fazendo isto se consegue obter informações mais precisas sobre os negócios, como lucratividade e controle de custos, além de saber com precisão o quanto é gasto e investido no patrimônio pessoal. Segundo Iudicibus, Martins, Gelbcke, (2000, p. 48) “a contabilidade é mantida para as entidades; os sócios ou quotista destas não se confundem, para efeito contábil, com aquelas.”

Nas finanças pessoais o serviço prestado pelo autônomo, se equipara as operações realizadas por empresas, devendo ser escriturado separadamente da gestão do patrimônio pessoal.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

2.2.1 Conceito

Planejamento financeiro pessoal é o trabalho de organização de informações relevantes para que se obtenha saúde financeira no controle e gestão das finanças pessoais. Significa estabelecer metas e objetivos, etapas, prazos e os meios necessários que garantam a proteção e estabilidade do patrimônio pessoal. Para Frankenberg (1999, p. 31)

Planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo, e não é tarefa simples atingi-la.

Para que um planejamento financeiro seja eficiente é necessário o conhecimento de algumas técnicas contábeis, conhecimento de algumas fontes de investimento e noções do mercado financeiro e política monetária. Quanto maior for a educação financeira de uma pessoa, maiores serão as suas chances de crescimento econômico e financeiro ao longo da vida. Este planejamento envolve questões financeiras, sociais, culturais e psicológicas. Deve ser elaborado a curto e longo prazo, sendo flexível e alterado de acordo com as expectativas e perspectivas de cada pessoa.

2.2.2 Planejador ou consultor financeiro

O consultor ou planejador financeiro é o profissional que auxilia no gerenciamento e controle das finanças pessoais de uma pessoa física. Ele procura alternativas que tornem o patrimônio pessoal mais rentável e com menor gasto. É uma profissão nova no Brasil, contudo, tende a ganhar espaço com o amadurecimento do mercado e da economia brasileira. Na opção de querer investir, pode-se buscar informação em bancos, corretoras e consultores financeiros. O grande problema é que os gerentes de bancos e os funcionários de corretoras vendem produtos e recebem participação nas operações ao cumprir metas. O único objetivo do planejador financeiro é fornecer informações relevantes para a elaboração do planejamento financeiro. Segundo Frankenberg (1999, p. 32)

A escolha do planejador financeiro pessoal deve ser dada a mesma importância que se dá ao médico da família. Quanto mais ele conhecer você, sua família e suas finanças, melhor. Ele tanto pode ser um gerente de contas (account manager) de alguma instituição financeira ou entidade de previdência complementar como uma pessoa ou empresa independente. De qualquer forma, conhecimento profissional, idoneidade, experiência, empatia, etc. são elementos fundamentais para determinar a escolha da empresa ou indivíduo que deve cuidar de seu patrimônio.

2.2.3 Tributos da Pessoa Física

Os tributos estão embutidos em todos os bens e serviços consumidos pela população. Isto é reflexo da alta carga tributária que o governo cobra das empresas. Estas repassam o valor dos impostos, taxas e contribuições para o consumidor final. Além disso, a legislação vigente exige a cobrança de tributos federais, estaduais e municipais, que tem como base de cálculo os rendimentos e propriedades de uma pessoa física. Essa parte do trabalho que trata de tributação incidente na gestão pessoal está sujeita a alteração, pois frequentemente a lei está sendo alterada e convém estar sempre se atualizando sobre a legislação tributária. Segue a relação de alguns tributos incidentes sobre os rendimentos e posses das pessoas físicas de

forma resumida. Para se obter uma análise mais profunda sobre tributos, faz-se necessário um estudo mais aprofundado na legislação vigente.

2.2.3.1 Tributos Municipais

Imposto predial e territorial urbano (*IPTU*)

O IPTU é o imposto que incide sobre a propriedade de imóveis e casas nos centros urbanos. De acordo com artigo nº. 224, de BRASIL (1997), consideram-se zona urbana, aquelas em que existem abastecimento de água, rede de iluminação pública, calçamento e sistema de esgoto sanitário. É de competência do município, com pagamento anual, e geralmente pode ser pago em uma parcela única com desconto, ou parcelado. O valor a ser pago é estipulado por cada município, que adotam critérios que corresponda a realidade de cada um destes.

Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos (*ITBI*)

O ITBI é o imposto que incide sobre a transmissão onerosa de bens imóveis e de direitos a eles relativos como: compra e venda, permuta, dação³ em pagamento, arrematação⁴ e adjudicação⁵. O tributo é pago mediante aplicação da alíquota sobre a base de cálculo, que neste caso é o valor venal dos bens. O percentual a ser aplicado é definido de acordo com

³ **Dação:** Entrega de uma coisa em pagamento (www.priberam.pt/dlpo)

⁴ **Arrematação:** Venda. (www.priberam.pt/dlpo)

⁵ **Adjudicação:** Transferência para o credor de bens penhorados, ou respectivos rendimentos, em pagamento de dívidas. (www.priberam.pt/dlpo)

cada município e o pagamento fica por conta do adquirente do bem. De acordo com artigo nº. 285, de BRASIL (1997), as alíquotas do ITBI do município de Florianópolis são as seguintes:

- 0,5% nas transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação;
- 2,0% nas demais transmissões a título oneroso;

2.2.3.2 Tributos Estaduais

Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)

O IPVA é o tributo incidente sobre a propriedade de um veículo automotor de qualquer espécie. A partir do momento em que a pessoa adquiriu um veículo ela passa a ter a obrigação de pagamento deste tributo anualmente. Instituído e regulado pela Lei nº. 7543, de 30.12.1988, o IPVA é pago proporcionalmente ao número de meses restantes do exercício fiscal, contado a partir do mês de aquisição. O valor pago pelo proprietário do veículo é calculado mediante aplicação de alíquotas, dependendo do tipo do veículo, aplicado sobre a base de cálculo, ou seja, o valor de mercado deste. No caso de veículo novo considera-se valor de mercado o constante no documento fiscal relativo à aquisição. Nos demais casos, o mesmo é estipulado pelo Governo Estadual, como consta no art. 6, de BRASIL (1988)

É facultado ao Poder Executivo, através de Portaria do Secretário de Estado da Fazenda, expedir tabela, indicando os valores de mercado de veículos automotores usados, para fins de determinação da base de cálculo, podendo ser considerados, conforme o tipo de veículo, os preços médios por publicações especializadas ou órgãos oficiais, o ano de fabricação, a procedência, a capacidade máxima de tração, o peso, o número de eixos, a potência e cilindrada do motor, se for o caso, e eventuais acessórios ou equipamentos opcionais.

Tabela 1: Alíquotas do IPVA

VEÍCULO	ALÍQUOTA
Terrestres de passeio e utilitários (nacionais e estrangeiros)	2,0%
Terrestres de duas rodas e transporte de carga e/ou passageiros coletivos (nacionais e estrangeiros)	1,0%
Embarcações de qualquer tipo	1,0%
Aeronaves de qualquer tipo	0,5%

Fonte: Lei nº. 7.543, de 30 de dezembro de 1988.

Imposto sobre a transferência de bens e direitos, causa *mortis*, ou *inter vivos* (ITCMD)

O ITCMD é o tributo que incide sobre a transmissão causa mortis⁶ ou doação⁷ a qualquer título de propriedade ou domínio útil de bem imóvel, direitos reais sobre bens móveis e imóveis e bens móveis, inclusive semoventes⁸, direitos, títulos e créditos. Toda pessoa que se enquadre nas seguintes condições é contribuinte do imposto:

- Herdeiro⁹, legatário¹⁰, fiduciário¹¹ ou de fideicomissário¹², no caso de transmissão causa mortis;
- Donatário¹³ ou cessionário¹⁴, no caso de doação ou cessão;
- Beneficiário de direito real, quando de sua instituição;

⁶ **Transmissão causa mortis:** Transmissão de bens e direitos por motivo de morte. (www.priberam.pt/dlpo)

⁷ **Doação:** Qualquer ato ou fato, não oneroso, que importe ou se resolva em transmissão de quaisquer bens ou direitos. (www.priberam.pt/dlpo)

⁸ **Semovente:** Bens que se move por si, como gado. (www.priberam.pt/dlpo)

⁹ **Herdeiro:** Aquele que herda, sucessor (www.priberam.pt/dlpo)

¹⁰ **Legatário:** Aquele a quem se deixou um legado, ou seja, aquilo que uma geração transmite a outra (www.priberam.pt/dlpo)

¹¹ **Fiduciário:** Pessoa a quem foi deixado, por disposição testamentária, bens com o encargo de conservá-los e transmitir, por sua morte, a uma terceira pessoa. (www.priberam.pt/dlpo)

¹² **Fideicomissário:** O mesmo que fiduciário.

¹³ **Donatário:** Aquele a quem fizeram uma doação. (www.priberam.pt/dlpo)

¹⁴ **Cessionário:** Aquele a quem se faz cessão, ato de ceder. (www.priberam.pt/dlpo)

- Nu-proprietário¹⁵, na extinção de direito real.

O imposto é calculado aplicando-se a alíquota sobre a base de cálculo, neste caso, o valor venal dos bens ou direitos, ou o valor dos títulos ou créditos, transmitidos ou doados.

Tabela 2: Alíquotas do ITCMD

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
Sobre a parcela da base de cálculo igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);	1,0%
Sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e for igual ou inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);	3,0%
Sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e for igual ou inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);	5,0%
Sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);	7,0%
Sobre a base de cálculo, quando:	8,0%
a) o sucessor for: Parente colateral ou herdeiro testamentário ou legatário que não tiver relação de parentesco com o de cujus;	
b) o donatário ou o cessionário: For parente colateral ou não tiver relação de parentesco com o doador ou o cedente.	

Fonte: Decreto nº. 2.884, de 30 de dezembro de 2004.

São isentos deste imposto às pessoas que se enquadrem nas seguintes situações, conforme artigo nº. 10, de BRASIL (2004)

- o testamentário, com relação ao prêmio instituído pelo testador, desde que o valor deste não exceda à vintena testamentária;
- o beneficiário de seguros de vida, pecúlio por morte e vencimentos, salários, remunerações, honorários profissionais e demais vantagens pecuniárias decorrentes de relação de trabalho, inclusive benefícios da previdência, oficial ou privada, não recebidos pelos de cujus;

¹⁵ **Nu-proprietário:** Segundo o **dicionário eletrônico Houaiss**, é um substantivo masculino (termo jurídico) e significa: *usufrutuário*, indivíduo a quem compete o usufruto da propriedade de um bem.

- o herdeiro, o legatário, o donatário ou cessionário que houver sido aquinhoado com um único bem imóvel, relativamente à transmissão causa mortis ou a doação deste bem, desde que cumulativamente;
- o imóvel destina-se à moradia própria do beneficiário;
- o beneficiário não possua qualquer outro bem imóvel;
- o valor total do imóvel não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais);
- o herdeiro, o legatário, donatário ou o cessionário, quando o valor dos bens ou direitos recebidos não exceder ao equivalente a R\$2.000,00 (dois mil reais);
- o donatário ou o cessionário, qualquer que seja o valor dos bens ou direitos, em se tratando de sociedade civil sem fins lucrativos, devidamente reconhecida como de utilidade pública estadual;
- o donatário ou o cessionário de bens móveis ou imóveis destinados à execução de programa oficial de construção de moradias para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos ou ao assentamento de agricultores sem terras, abrangendo a doação do bem: à entidade executora do programa e aos beneficiários, pela entidade executora do programa, se for o caso.

2.2.3.3 Tributos Federais

Imposto de renda pessoa-física

É um tributo que tem como fato gerador os rendimentos da pessoa física. Qualquer forma de rendimento, salvo as isenções, serve de base de cálculo para a cobrança do tributo. É um tributo de competência da União, cobrado mensalmente. Conforme consta no art. 2, de BRASIL (1999)

As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza, inclusive rendimentos e ganhos de capital, são contribuintes do imposto de renda, sem distinção da nacionalidade, sexo, idade, estado civil ou profissão (Lei nº. 4.506, de 30 de novembro de 1964, art. 1º, Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 43, e Lei nº. 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 4º).

O imposto de renda é pago mensalmente, e têm como base de cálculo os rendimentos assalariados, não-assalariados, rendimentos de aluguel, etc., da pessoa física. A partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas do imposto de renda incidentes sobre estes rendimentos são as seguintes:

Tabela 3: Tabela progressiva do cálculo do imposto de renda

Base de Cálculo Mensal em R\$	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto em R\$
<i>Até 1.164,00</i>	-	-
<i>De 1.164,01 até 2.326,00</i>	15,0	174,60
<i>Acima de 2.326,00</i>	27,5	465,35

Fonte: Lei nº. 11.119 de 25 de maio de 2005.

As alíquotas do imposto de renda provenientes de aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, conforme artigo nº. 1, de BRASIL (2004) são as seguintes:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 6 (seis) meses;
- 20% em aplicações com prazo de 6 (seis) meses e 1 (um) dia até 12 (doze) meses;
- 17,5%, em aplicações com prazo de 12 (doze) meses e 1 (um) dia até 24 (vinte e quatro) meses;
- 15%, em aplicações com prazo acima de 24 (vinte e quatro) meses.

Sobre o lucro na alienação (venda) de um bem ou direito, chamado “ganho de capital” aplica-se diretamente o percentual de 15% (art. 27, de BRASIL, 2001). Segundo o artigo nº. 2, de BRASIL (2001) “considera-se ganho de capital a diferença positiva entre o valor de alienação de bens ou direitos e o respectivo custo de aquisição”.

Rendimentos Tributáveis pelo imposto de renda na pessoa física.

São formas de rendimentos que estão sujeitos ao pagamento do imposto de renda. Segundo o artigo nº. 43, de BRASIL (RIR/1999), são rendimentos tributáveis:

- Rendimentos do trabalho assalariado ou vinculação trabalhista (funcionários de empresas): salários.

- Rendimentos do trabalho não-assalariado ou sem vínculo empregatício (autônomos e empresários): pró-labore.
- Rendimentos de aplicações financeiras.
- Rendimentos de locação de bens e serviços: aluguel.
- Rendimento sobre o lucro na alienação de todas as espécies de bens: imóveis, ações, veículos, etc.

Rendimentos Isentos de imposto de renda na pessoa física.

São as formas de rendimentos que não estão sujeitos ao pagamento do imposto de renda. Conforme artigo nº. 39, de BRASIL (RIR/99), não entrarão no computo do rendimento bruto¹⁶:

- Ganho de capital na alienação de bens de pequeno valor até R\$20.000,00 no mês.
- Ganho de capital na alienação do único imóvel até R\$400.000,00 e que não tenha efetuado outras operações nos últimos cinco anos.
- Bolsas de estudo
- Rendimento da caderneta de poupança
- Contribuições patronais para programa de previdência privada
- Doações e heranças
- Indenização por acidente de trabalho
- Letras hipotecárias
- Lucros e dividendos distribuídos
- PIS e PASEP
- Proventos e pensões de maiores de 65 Anos
- Seguros de previdência privada
- Amortização de ações

¹⁶ Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados (artigo nº. 37, do RIR/99, disponível em: www.receita.fazenda.gov.br)

Deduções do Imposto de renda pessoa física

Para determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda na fonte poderão ser deduzidos, conforme artigo nº. 2, de BRASIL (2004):

- A quantia equivalente a R\$117,00 (cento e dezessete reais) por dependente.
- As importâncias efetivamente pagas a título de pensões alimentícias, em cumprimento de acordo ou decisão judicial, inclusive alimentos provisionais.
- O valor da contribuição paga, no mês, para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- As contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício ou de administradores.

Na declaração de ajuste do imposto de renda (DIRPF), que deve ser elaborada todos os anos pelas pessoas que estão obrigadas a declarar, além dos valores acima descritos, poderão ser deduzidos segundo o artigo nº. 2, de BRASIL (2005):

- Despesas com instrução do contribuinte e/ou dependente até o limite anual de 2.198,00. São consideradas despesas de instrução: educação infantil (creche e pré-escola), fundamental (1º grau), médio (2º grau), superior (3º), cursos de especialização e profissionalizantes.
- Despesas médicas do contribuinte e/ou dependente. São consideradas despesas médicas: os pagamentos efetuados a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeuta, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogo, hospitais, com exames laboratoriais e serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.
- Livro-caixa no caso de contribuinte com rendimento do salário não-assalariado. Não pode ser utilizado por transportadores, garimpeiros e de quem receba rendimentos de aluguéis.

Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano-calendário, o contribuinte pode optar pelo desconto simplificado, que consiste em uma dedução de 20% (vinte por cento) do valor desses rendimentos, hoje limitada a R\$ 10.340,00 (dez mil, trezentos e quarenta reais), na declaração de ajuste anual, dispensada a comprovação da despesa através de documentos fiscais (artigo nº. 4, de BRASIL, 2005). São obrigados a

apresentar declaração de imposto de renda pessoa física, referentes às operações do ano anterior, até 30 de abril de cada ano:

- Recebeu rendimentos tributáveis anuais na declaração, cuja soma foi superior a R\$12.696,00.
- Recebeu rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$40.000,00.
- Participou do quadro societário de empresa, inclusive inativa, ou seja, paralisada, como titular, sócio ou acionista, ou de cooperativa.
- Teve posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, cujo valor total foi superior a R\$80.000,00.
- Passou a condição de residente no Brasil.
- Realizou em qualquer mês do ano anterior:
 - ✓ Alienação (venda) de bens e direitos em que foi apurado ganho de capital.
 - ✓ Operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados.
- Obteve receita bruta, relativo à atividade rural, em valor superior a R\$63.480,00.

Previdência Social

O governo federal garante um rendimento às pessoas aposentadas e incapacitadas para o trabalho, desde que estas contribuam mensalmente, durante toda a sua vida, à Previdência Social. Os profissionais liberais, autônomos, empregados de empresas, empregados domésticos, empresários, e até mesmo os aposentados, devem contribuir à previdência social, também conhecido como INSS. A legislação que trata dos recolhimentos e benefícios tem mudado muito nestas últimas décadas, e certamente terão muitas mudanças, devido às futuras alternâncias no controle do governo. O cálculo para o pagamento da previdência social é efetuado a partir da aplicação de alíquotas sobre o valor dos rendimentos recebidos pela pessoa. Os limites mínimo e máximo para a contribuição ao INSS (atualmente) são de R\$300,00 (trezentos reais) e o R\$2.668,15 (dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), respectivamente.

Tabela 4: Tabela de contribuição do segurado empregado

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento
Até 800,45	7,65%
De 800,46 até 900,00	8,65%
De 900,01 até 1.334,07	9,00%
De 1.334,07 até 2.668,15	11,00%

Fonte: Portaria MPS nº. 822, de 11 de maio de 2005.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)

Também conhecido como imposto do cheque, o CPMF é um tributo que incide praticamente sobre todas as transações financeiras efetuadas pela pessoa física. Criado inicialmente para suplementar o orçamento do Ministério da Saúde, passou de provisório para permanente. Sua alíquota é de 0,38% , sendo aplicada sobre a movimentação financeira de um determinado período (FRANKENBERG, 1999, p. 194).

Imposto sobre operações financeiras (IOF)

Certas transações financeiras no mercado mobiliário, câmbio e seguros, exigem o pagamento do IOF. Desde 01.08.1999 incide IOF decrescente sobre aplicações financeiras de fundos de investimento com prazos inferiores há 30 dias (FRANKENBERG, p. 193). Possui uma legislação bem complexa, apresentando alíquotas diferenciadas dependendo do tipo de operação de crédito.

2.2.4 Índices de mercado.

São mecanismos para medir as distorções da moeda entre os períodos. É com base nestes índices que o mercado compara suas transações e operações. O conhecimento do conceito de alguns índices de mercado é relevante no controle e gestão das finanças pessoais, pois podem ser utilizados como instrumento de comparação para avaliar a valorização ou a desvalorização do patrimônio individual entre períodos. Para Frankenberg (1999, p. 168):

Tanto para o cidadão comum como para o mais sofisticado, entretanto mesmo com uma inflação ínfima, é bom continuar a utilizar-se de algum índice ou parâmetro, para poder calcular com maior precisão o valor de um bem móvel ou imóvel, ou qualquer investimento feito ou bem adquirido. Ao converter o valor de um bem imóvel ou investimento adquirido em reais para um índice, podemos acompanhar seu custo autêntico, e portanto, num período posterior (meses ou anos), saber se de fato lucramos ou perdemos dinheiro.

Para adotar a indexação e utilizar algum índice como referência, basta dividir o valor do bem ou direito pelo índice escolhido. O valor obtido será à base de comparação em períodos subseqüentes, aplicando-se a mesma operação. Exemplos de índices de mercado:

Índice geral de preços do mercado (*IGP-M*)

Este índice mede a variação de preços no mercado de atacado, de consumo e construção civil. É formado pela soma ponderada de outros três índices: IPA, IPC, INCC. Calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é pesquisado entre os dias 21 de um mês e 20 do seguinte. O IGP-M considera todos os produtos disponíveis no mercado, inclusive o que é importado (SILVA, 2004; p. 118). É largamente utilizado pela tradição de confiabilidade que tem em amplos setores do comércio e da indústria, sendo utilizado por muitos, como parâmetro (FRANKENBERG, 1999; p. 169).

Índice nacional de preços ao consumidor (INPC)

É pesquisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população-objetivo do INPC, abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 8 (oito) salários-mínimos, cujo o chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões. O período de coleta do INPC estende-se em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência. (www.ibge.gov.br)

Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA)

É pesquisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento é realizado durante os dias do mês de referência e seus resultados são comparados com o período base, ou seja, o mês anterior (SILVA, 2004; p. 118). Sua população alvo são as famílias cujas rendas compreendem entre um e quarenta salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, residentes nas áreas urbanas das regiões. (www.ibge.gov.br)

2.3 PRINCIPAIS OPÇÕES DE INVESTIMENTO

São aplicações de recursos em ativos que geram algum tipo de retorno financeiro para o investidor. Quanto maior o retorno, maior o risco e vice e versa. Podem ser de liquidez imediata, ou seja, resgate da aplicação a qualquer momento, ou não. Na sua grande maioria são tributadas, contudo algumas aplicações apresentam incentivos fiscais. Existem várias formas de investimento em nosso país. A seguir algumas opções de investimentos que podem

ser utilizadas pelas pessoas físicas: caderneta de poupança, fundos de investimento, tesouro direto e ações.

2.3.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é a mais tradicional forma de aplicação de recursos. Considerada pelos investidores a mais conservadora forma de investimento, é utilizada pela maioria das pessoas. Apresentando o menor risco e liquidez imediata, a caderneta de poupança é isenta de imposto de renda e o CPMF pago é reembolsado no caso de permanência dos recursos por um tempo determinado. Mesmo tendo um baixo rendimento, inspira segurança a quem aplicou. Por esses motivos a caderneta de poupança é um investimento muito procurado pelas pessoas. Apresenta uma rentabilidade de 6% ao ano, ou 0,5% ao mês, mais a taxa referencial (TR) calculada pelo Banco Central. Segundo Frankenberg (1999; p. 140)

A caderneta de poupança há muitíssimos anos, é a mais tradicional das formas de aplicação de dinheiro em nosso país. Apesar de todas as amarguras da inflação pelas quais passamos nos últimos decênios e de algumas atitudes quase criminosas provocadas pelo governo do ex-presidente Collor, ela não perdeu sua popularidade.

2.3.2 Fundos de Investimento

São aquisições de cotas de um patrimônio formado por todas as aplicações nele efetuado. Ou seja, o patrimônio do fundo é formado pelo dinheiro investido das pessoas, que são aplicados na compra de ativos que geram retorno financeiro a estes investidores. Podem ser mais agressivos, com maior retorno e conseqüentemente maior risco; ou conservadores, com retorno e risco menores, de acordo com o perfil e interesse de cada pessoa. Os investidores podem resgatar suas cotas a qualquer momento e estas são gerenciadas por um

gestor, geralmente bancos comerciais e de investimentos, que cobram uma taxa de administração por este serviço. Silva (2004, p. 79) conceitua fundos de investimentos:

É a idéia de condomínio, embora os aplicadores tenham direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem ao mesmo tempo, isto é, sempre fica uma grande soma disponível, que pode ser aplicada em títulos mais rentáveis. Caracteriza-se pela aquisição de cotas de aplicações abertas e solidárias, representativas do patrimônio do fundo, que têm o benefício da valorização diária. Eles podem ser classificados como de renda fixa ou de renda variável.

A aplicação em fundos de investimentos apresenta algumas vantagens como: potencial de retorno acima dos instrumentos tradicionais, isenção do CPMF na reaplicação automática, facilidade no controle devido ao fácil acesso as informações, liquidez em curto prazo, etc.

Estes fundos de investimento podem ser classificados como de renda fixa ou renda variável:

- **Fundos de renda fixa:** podem ser classificados em pós-fixados ou fundos DI e prefixados. Os pós-fixados seguem as taxas de juro diárias utilizadas nas operações interbancárias. Não correm risco de oscilação nas taxas de juros, acompanhando a economia. São aplicados integralmente em títulos do Governo Federal, apresentando baixo risco. Os pré-fixados são aqueles aplicados em papéis, com uma taxa fixa previamente acordada entre o emissor e o comprador. Estes papéis podem ser públicos ou privados. Por serem pré-fixados não acompanham a alta na taxa de juros da economia, podendo ser registrado uma perda no caso de isso acontecer. O risco destes fundos é proporcional à parcela do patrimônio do fundo aplicado em títulos federais, quanto maior, menor o risco, contudo com menor rentabilidade (SILVA, 2004, p. 79).
- **Fundos de renda variável:** estes fundos se dividem em fundos de ações e fundos derivativos. Os primeiros precisam ter pelo menos 51% da sua carteira aplicada em ações, podendo estar divididos em vários segmentos. Geralmente são indexados a algum ponto de referência (*benchmark*), como por exemplo, o IBOVESPA¹⁷, ou mesmo a setores como telecomunicações, energia, etc. Os fundos derivativos são aqueles aplicados em vários mercados ao mesmo tempo, geralmente mercados futuros e opções (derivativos). São considerados investimentos agressivos, pois apresentam um alto risco (SILVA, 2004, p. 80).

¹⁷ Ibovespa: Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (www.bovespa.com.br)

Quando uma pessoa for aplicar em um fundo de investimento, deve avaliar alguns fatores importantes na escolha deste:

- Uma carteira de fundos diversificada com vários tipos de ativos, geralmente garantem uma maximização do retorno e minimização do risco;
- Procurar uma taxa de administração baixa, pois em alguns casos estas consomem grande parte do ganho auferido. Estas variam de 0,5% a 12% ao ano conforme os segmentos de mercado e volume aplicado. Entretanto, não significa que as menores taxas irão proporcionar maiores retornos e que as maiores taxas garantam uma melhor gestão do fundo;
- Conhecer o perfil dos gestores dos fundos, pois são eles que irão dar as ordens de compra e venda dos ativos com o dinheiro aplicado pelos investidores. A gestão passada não garante o desempenho futuro, mas pode ser um fator analisado na escolha de um gestor (SILVA, 2000, p. 81).

2.3.3 Tesouro direto

O tesouro direto é um programa criado pelo Tesouro Nacional, com o suporte técnico e operacional da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas pela internet. Os objetivos do programa é divulgar e democratizar o acesso para investimentos em títulos públicos, bem como incentivar a formação de poupança em longo prazo. É um investimento de baixo custo e risco, que garante uma rentabilidade alta em relação a outros tipos de aplicação. Esses títulos apresentam uma taxa de administração e custódia baixa, e são tributados somente no momento de sua venda ou vencimento (resgate). A liquidez desses investimentos é garantida pela recompra semanal, vendido pelo preço negociado no mercado secundário¹⁸. Para adquirir títulos públicos é necessário residir no território brasileiro, ter inscrição no cadastro da pessoa física (CPF) e possuir uma conta corrente em uma instituição financeira. O próximo passo é o

¹⁸ Mercado secundário: neste mercado, o vendedor é o investidor que se desfaz das ações para reaver o seu dinheiro. Por isso, os negócios realizados em Bolsas de Valores correspondem ao mercado secundário. (www.bovespa.com.br)

cadastro junto a uma Agência de Custódia habilitada, conforme lista disponível no site do tesouro nacional (www.tesourodireto.gov.br), para obtenção de uma senha provisória que permite realizar compra de títulos diretamente no tesouro.

É uma ótima opção de investimento para as pessoas que não tem o perfil de investidor e que possuem dinheiro aplicado em caderneta de poupança. Existem vários tipos de títulos públicos com rendimentos pré-fixados e pós-fixados, a curto e longo prazo e indexado por índices diferentes. A escolha do título fica a critério de cada pessoa. O site do tesouro nacional e do tesouro direto apresenta todas as informações sobre os títulos públicos. Exemplo de títulos públicos, segundo consta no site: www.tesouro.fazenda.gov.br:

Letras do tesouro nacional (*LTN*)

Título com rentabilidade definida (taxa fixa) no momento da compra. Forma de pagamento: no vencimento.

Letras financeiras do tesouro (*LFT*)

Título com rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (taxa média das operações diárias com títulos públicos registrados no sistema SELIC, ou taxa *SELIC*). Forma de pagamento: no vencimento.

Nota do tesouro nacional / série B (*NTN-B*)

Título com rentabilidade vinculada ao IPCA, acrescido de juros definidos no momento da compra. Forma de pagamento: semestralmente (juros) e no vencimento (principal).

Nota do tesouro nacional / série C (NTN-C)

Títulos com rentabilidade vinculada ao IGPM, acrescido de juros definidos no momento da compra. Forma de pagamento: semestralmente (juros) e no vencimento (principal).

Nota do tesouro nacional / série F (NTN-F)

Títulos com rentabilidade prefixada, acrescido de juros definidos no momento da compra. Forma de pagamento: semestralmente (juros) e no vencimento (principal).

2.3.4 Ações

Ações são papéis que fazem com que uma pessoa seja acionista de uma empresa e participe dos resultados da mesma. Elas representam o capital social de uma entidade. Investir em ações representa aplicação de recursos em títulos de renda variável, emitido por sociedades anônimas. São de liquidez imediata, podendo ser convertidas em dinheiro a qualquer momento. Segundo os sites “www.bovespa.com.br e www.como.investir.com.br”

Ação é um pedacinho de uma empresa. Com um ou mais pedacinhos da empresa, você se torna sócio dela. Sendo mais formal, podemos definir ações como títulos nominativos negociáveis que representam, para quem as possuem, uma fração do capital social de uma empresa. (www.bovespa.com.br)

Valor mobiliário que representa a propriedade de uma fração do capital social da empresa. Isso significa que quando você compra ações está aceitando investir numa empresa e, em troca, passa a ser acionista, ganhando participação nos resultados. (www.como.investir.com.br)

As ações podem ser de dois tipos: ordinárias (ON) e preferências (PN). As primeiras são as ações que concedem o direito de voto nas assembleias das empresas. Já as preferenciais são as que oferecem preferência no recebimento de resultados ou no reembolso do capital em

caso de liquidação da companhia. Entretanto, as ações preferenciais não concedem o direito de voto, ou o restringem. As ações também podem ser diferenciadas por classes: A, B, C ou alguma outra letra que apareça após o "ON" ou o "PN". As características de cada classe são estabelecidas pela empresa emissora da ação, em seu estatuto social. (www.bovespa.com.br)

Há também as ações nominativas e escriturais, que Silva (2004, p. 83) conceitua:

Ações nominativas são cautelas ou certificados que apresentam o nome do acionista, cuja transferência é feita com a entrega da cautela e a averbação de termo, em livro próprio da sociedade emitente, identificando o novo acionista. As escriturais são as ações que não são representadas por cautelas ou certificados, funcionando como uma conta corrente, na qual os valores são lançados a débito ou a crédito dos acionistas, não havendo movimentação física dos documentos.

O rendimento que provem do investimento em ações são decorrentes do recebimento de dividendos ou participação dos resultados da sociedade e com a diferença positiva em relação à compra e a venda da ação, chamado de ganho de capital. O dividendo é o pagamento que a empresa faz em dinheiro aos seus acionistas no fim de cada exercício social. Conforme consta no site da BOVESPA

Quando uma empresa vai bem, ela divide os lucros com quem tem suas ações. Isso são os dividendos. Ou seja, os dividendos correspondem à parcela de lucro distribuída aos acionistas, na proporção da quantidade de ações detida, apurado ao fim de cada exercício social. A companhia deve distribuir, no mínimo, 25% de seu lucro líquido ajustado.” (www.bovespa.com.br)

As ações são negociadas na bolsa de valores de São Paulo, a BOVESPA. Para se investir deve-se contratar uma corretora de valores autorizada pela mesma, para que esta gerencie sua carteira de ações. Outra opção é participar de um fundo de ações ou um clube de investimentos. No primeiro, um banco ou uma corretora gerenciam sua carteira de ações, em um patrimônio aplicado por várias pessoas. No segundo a pessoa participa de um clube de pessoas que se agrupam e tomam as decisões referentes à gestão da carteira de ações, também por intermédio de uma corretora.

Hoje com a internet, investir na bolsa de valores ficou muito mais fácil. Todas as informações relacionadas com o mercado financeiro constam no site da BOVESPA e outros sites especializados no assunto. Informações sobre a estrutura e organização da BOVESPA, demonstrações e relatórios contábeis das empresas, corretoras autorizadas, índices financeiros, cotações, dicas para iniciar o investimento em ações e uma série de informações sobre mercado de capitais. Além de proporcionar o investimento em ações através da própria internet. Chamado *homebroker*, ele permite a negociação de ações via internet, pois está interligado ao sistema de negociações da BOVESPA. É necessário uma corretora da Bovespa que disponha do sistema. Através deste enviam-se ordens de compra e venda de ações.

3 TÓPICOS DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL

Muitas das necessidades dos agentes econômicos, bem como, de quase todos os seus projetos, envolvem questões financeiras. A tecnologia e a informação proporcionam, a cada dia que passa muito mais conforto e comodidade para as pessoas, entretanto, aumentam significativamente os gastos pessoais. Atualmente uma família tem várias contas mensais que não tinha até pouco tempo atrás, como internet, condomínio, assinatura de canais de televisão, vários telefones, escolas e cursos para os membros da família e uma infinidade de gastos relacionados ao dia a dia das pessoas. Além disso, o consumismo excessivo, a busca pelo status elevado, a inveja, a avareza, entre outros, são sentimentos ligados ao dinheiro, que podem atrapalhar a vida de uma pessoa, fazendo com que muitas destas trabalhem muito, e mesmo assim não consigam obter estabilidade e tranquilidade nas finanças pessoais. Segundo Silva (2004, p. 55)

Vivemos em épocas em que os produtos e serviços melhoram substancialmente a cada dia, como a tecnologia dos automóveis, dos telefones celulares, dos equipamentos de informática, com a intenção de fazê-lo consumir cada vez mais, tornando-o escravo do dinheiro, praticando este que é o maior dos erros; deve sim, escravizá-lo, ou seja, fazê-lo trabalhar para você.

Na seqüência serão demonstrados alguns tópicos relevantes para a elaboração de um planejamento financeiro pessoal. Não significa que seguindo estes passos a pessoa irá obter saúde financeira, entretanto ajudarão a avaliar alguns conceitos relacionados a esta questão. Mesmo vivendo em um país com grande desigualdade social e má distribuição da renda, qualquer cidadão, mesmo aquele com baixo poder aquisitivo, poderá beneficiar-se caso dê maior importância ao gerenciamento e planejamento das finanças pessoais.

Atualmente, muitos softwares de gerenciamento estão disponíveis na internet e são instrumentos que auxiliam no controle e gestão das finanças pessoais, facilitando a

organização das informações. Ferramentas, como por exemplo, o “*Excel*”, também são muito eficientes no gerenciamento do patrimônio pessoal, entretanto necessitam de um pouco mais de conhecimentos relacionados à área de informática para a elaboração das demonstrações.

3.1 Qual o melhor investimento?

O investimento mais relevante e que garante o maior retorno é o relacionado ao conhecimento. O capital intelectual, ou seja, a informação, o conhecimento adquirido é o bem mais importante da vida de uma pessoa. Quanto mais se buscar o saber, mais crítico e analítico será o ser humano diante das diversas situações que possam vir a acontecer. O entendimento sobre relações econômicas e políticas monetárias e saber utilizar ferramentas contábeis para o gerenciamento das finanças pessoais, proporciona mais segurança e eficiência no momento da tomada de decisão. Este conhecimento pode ser adquirido fazendo-se cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado em áreas econômicas e financeiras, participando de palestras, seminários, congressos, encontros; leituras periódicas de jornais e revistas, noticiários de televisão, pesquisas na internet e principalmente na leitura de livros sobre contabilidade, administração, economia, direito comercial e tributário, entre outros.

Os acadêmicos dos cursos de graduação que tenham em seus currículos disciplinas de contabilidade, administração, economia e finanças, devem utilizar desde o aprendizado estes conhecimentos em suas finanças pessoais.

3.2 Avalie sua situação patrimonial

(Utilização do Balanço Pessoal)

Uma pessoa que queira iniciar um planejamento e controle das finanças pessoais deve em primeiro lugar, verificar e avaliar sua situação patrimonial, econômica e financeira. Este levantamento iniciar-se-á pela identificação do patrimônio pessoal, ou seja, os bens, direitos, e as obrigações. Neste momento a utilização de relatórios contábeis é essencial e facilita este controle. Elaborando um balanço pessoal de abertura, serão enumerados as disponibilidades (*caixa, banco*), os investimentos (*ações, fundos, tesouro direto, caderneta de poupança*), os imobilizados (*casas, carros, eletrodomésticos, móveis e utensílios*), e as dívidas contraídas junto a terceiros a curto e ao longo prazo (*gastos, empréstimos e financiamentos*). A diferença dos ativos menos os passivos demonstrará a situação líquida na gestão pessoal (patrimônio líquido). Sempre se deve manter atualizado este relatório, podendo com isso avaliar a evolução e controlar o patrimônio pessoal entre os períodos. Além disso, **“dividindo as disponibilidades pelo passivo a curto prazo¹⁹”**, pode-se obter a informação da capacidade de pagamento das dívidas com terceiros em curto prazo, conforme exemplo na figura abaixo:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo (Curto Prazo)}} = \frac{70}{330} = 0,21.$$

FIGURA 8: FÓRMULA DA LIQUIDEZ IMEDIATA.

Fonte: NEVES, VICECONTI, p. 401, 1999.

¹⁹ Chama-se liquidez imediata o quociente entre as contas do “disponível” pelas do “passivo circulante (curto prazo)”. (NEVES, VICECONTI, p. 401, 1999).

O resultado obtido conforme exemplo da figura 8, indica que para cada real (R\$1,00) de dívidas com terceiros de curto prazo, se dispõe de R\$0,21 em dinheiro para pagar (NEVES, VICECONTI, p. 401, 1999). A *figura 9* apresenta um modelo de balanço patrimonial pessoal:

<p><u>ATIVO (Bens e Direitos)</u></p> <p><u>Disponível</u> Dinheiro Contas Bancárias (Correntes) Valores a receber Total do Disponível</p> <p><u>Investimentos</u> Imóveis Caderneta de Poupança Fundos de Investimento Tesouro Direto Ações e Participações Societárias Outros Investimentos Total dos Investimentos</p> <p><u>Imobilizado</u> Imóveis (residencial) Veículos (carro, moto, lancha, avião) Móveis e Utensílios Eletrodomésticos Equipamentos Total do Imobilizado</p>	<p><u>PASSIVO (Obrigações)</u></p> <p><u>Curto Prazo</u> Gastos Fixos, Variáveis e Financeiros. Tributos (IPVA, IPTU, etc.) Empréstimo e Financiamentos Cheque Especial Total do Curto Prazo</p> <p><u>Longo Prazo</u> Empréstimos e Financiamentos Total do Longo Prazo</p> <p><u>Patrimônio Pessoal Líquido</u> <i>(Ativo – Passivo)</i></p> <p><i>Situação Líquida</i></p> <p><i>Liquidez Imediata: Disponível / Passivo (curto prazo)</i></p>
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

FIGURA 9: BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL
 Fonte: adaptado de IUDÍCIBUS (1995)

3.3 Identifique seus rendimentos e gastos pessoais

(Utilização da Demonstração do Resultado Pessoal)

Após a avaliação da situação patrimonial, é necessário que se identifique como são constituídos os rendimentos e gastos relacionados ao orçamento pessoal. A utilização da demonstração do resultado é muito eficiente na identificação destes, facilitando a obtenção destes valores. A partir destas informações a pessoa pode avaliar a proporção, em percentual, dos gastos em relação aos recebimentos, e apurar o resultado líquido desta diferença. Os resultados positivos indicam que os rendimentos são suficientes para o pagamento de todos os gastos existentes na gestão pessoal, e que o ativo é constituído, ou parte dele, por capital próprio, evitando-se com isso o pagamento de juros, que diminui a rentabilidade. Contudo, quando apresenta um resultado negativo, significa que o patrimônio pessoal está sendo financiado por recursos de terceiros (*cheque especial, empréstimos, financiamentos, credores etc.*), sendo maior conseqüentemente, o grau de endividamento e/ou sendo consumido para a quitação dos passivos excessivos. Estas informações são relevantes para a elaboração do planejamento pessoal, pois a partir destas se buscam alternativas de otimizar os rendimentos e priorizar os gastos fixos, variáveis e financeiros no orçamento pessoal, podendo com isso disponibilizar de resultados positivos nas finanças pessoais para a aplicação em fontes de investimentos que aos poucos retornem em valores financeiros para a composição dos ativos. Esta demonstração deve ser elaborada todos os meses servindo de comparação entre os valores no decorrer dos períodos. A *figura 10* representa um modelo de demonstração do resultado pessoal.

RENDIMENTOS:	Valor (R\$)	Δ (%)
- Pró-labore	0,00	0%
- Salário e Ordenados	0,00	0%
- Aluguel	0,00	0%
- Rendimento de Aplicações Financeiras	0,00	0%
- Dividendos e/ou Participações	0,00	0%
Total dos Rendimentos	0,00	0%
(-) Gastos Fixos	Valor (R\$)	Δ (%)
- Alimentação	0,00	0%
- Vestuário	0,00	0%
- Educação	0,00	0%
- Aluguel	0,00	0%
- Energia Elétrica	0,00	0%
- Água e Esgoto	0,00	0%
- Gás	0,00	0%
- Transporte	0,00	0%
- Telefone	0,00	0%
- Condomínio	0,00	0%
- Plano de Saúde	0,00	0%
- Tributos	0,00	0%
- Seguros	0,00	0%
Total dos Gastos Fixos	0,00	0%
(-) Gastos Variáveis	Valor (R\$)	Δ (%)
- Academia	0,00	0%
- Refeições e Lanches	0,00	0%
- Internet e TV a cabo	0,00	0%
- Assinatura de Jornais	0,00	0%
- Cinema, Teatro e Shows	0,00	0%
- Festas	0,00	0%
- Locadoras	0,00	0%
- Presentes	0,00	0%
- Salão de Beleza	0,00	0%
- Viagens	0,00	0%
Total dos Gastos Variáveis	0,00	0%
Gastos Financeiros	Valor (R\$)	Δ (%)
CPMF	0,00	0%
IOF	0,00	0%
Tarifas Bancárias	0,00	0%
Juros s/ cheque especial	0,00	0%
Juros s/ empréstimos e financiamentos	0,00	0%
Total dos Gastos Financeiros	0,00	0%
(=) Resultado Líquido		

FIGURA 10: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PESSOAL

Fonte: Elaborado pelo autor

3.4 Elabore um orçamento do caixa pessoal

Uma das ferramentas contábeis mais importantes na gestão de finanças pessoais é o orçamento do caixa. Neste serão previstos os valores futuros, baseado nas demonstrações passadas, estimando-se com isso uma possível insuficiência de caixa²⁰ e o momento exato da aplicação em um determinado ativo. Esta previsão varia de acordo com a necessidade de cada pessoa e pode ser a curto ou em longo prazo. Instrumento estratégico, o fluxo de caixa é à base de um planejamento financeiro pessoal, sendo indispensável sua utilização. Sempre que se for fazer novos investimentos e aquisições, esta ferramenta deve ser utilizada, podendo-se com isso avaliar o custo de oportunidade²¹ de cada aplicação. Para Leone (1985, p. 320)

Orçamento é um meio de coordenar os esforços individuais num plano de ação que se baseia em dados de desempenhos anteriores e guiado por julgamentos racionais dos fatores que influenciarão o rumo dos negócios no futuro.

Abaixo, na *figura 11*, um exemplo de orçamento do caixa pessoal.

²⁰ Insuficiência de caixa: Falta de dinheiro para cobrir todos os pagamentos (nota do autor).

²¹ Custo de Oportunidade: representa o quanto foi sacrificado, em termos de remuneração, por ter aplicado recursos numa alternativa ao invés de em outra. (MARTINS, 2001; p. 250)

Mês	09/2005	10/2005	11/2005	12/2005
Histórico				
ENTRADAS				
Rendimentos:				
- Pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
- Salários	0,00	0,00	0,00	0,00
- Aluguel	0,00	0,00	0,00	0,00
- Rendimentos Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
- Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00
- Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
- Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÍDAS				
Investimentos:				
- Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
- Caderneta de Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizados:				
- Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
- Eletrodomésticos	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações c/ Terceiros				
- Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos Fixos:				
- Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00
- Luz e Água	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos Variáveis:				
- Academia	0,00	0,00	0,00	0,00
- Atividades de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos Financeiros:				
- CPMF	0,00	0,00	0,00	0,00
- Tarifas bancárias	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Saídas	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO	0,00	0,00	0,00	0,00

FIGURA 11: ORÇAMENTO DO CAIXA PESSOAL

Fonte: Elaborado pelo autor

3.5 Controle todos os seus recebimentos e pagamentos

(Utilização do Livro-Caixa Pessoal)

O livro-caixa pessoal é à base de informações necessárias para a elaboração do balanço patrimonial pessoal e a demonstração do resultado do exercício pessoal. É neste relatório que serão controlados todos os recebimentos e pagamentos efetuados no dia. Para um melhor controle das informações é essencial que se identifique o tipo de recebimento (pró-labore, salários, rendimentos de aplicações financeiras, empréstimos contraídos, venda de imobilizado) e o tipo de pagamento (gastos fixos, variáveis, financeiros, investimentos, imobilizado).

LIVRO-CAIXA	01/12	02/12	03/12	04/12
<i>SALDO DE CAIXA INICIAL</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>(+) Entrada de dinheiro</i>				
Pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguel	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos e/ou participações	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos contraídos	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos diversos: doações, loterias, etc.	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total das Entradas</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>(-) Saída de dinheiro</i>				
Depósito bancário	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos e aplicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de imobilizados	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos (amortização)	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos: fixos, variáveis e financeiros.	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total das Saídas</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>SALDO DE CAIXA FINAL</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>

FIGURA 12: LIVRO-CAIXA PESSOAL

Fonte: Elaborado pelo autor

3.6 Estimule a poupança, criando um Fundo de Reserva

Estimular a poupança, criando um fundo de reserva, independentemente da finalidade a que se destina é muito importante. Essa reserva pode ser a curto ou em longo prazo dependendo a que fim será aplicada. Dentro de um planejamento financeiro a constituição de um fundo é primordial, pois a partir deste poderão ser planejados os projetos futuros. Uma boa maneira de constituir uma reserva é guardando um percentual, por exemplo, 10% do rendimento todos os meses e aplicando-o em alguma forma de fonte de investimento. Quanto mais cedo se começar a poupar, menor será o percentual dos rendimentos mensais destinados à constituição da reserva. Segundo Frankenberg (1999, p. 40)

Não existe mágica para formar um bom patrimônio. Seja grande ou pequena sua renda atual, é fundamental você se disciplinar para não gastar tudo o que ganha. É imprescindível reservar sistematicamente uma parcela de suas receitas para formar os investimentos que irão representar sua segurança e trazer a tranquilidade financeira almejada em momentos de dificuldade.

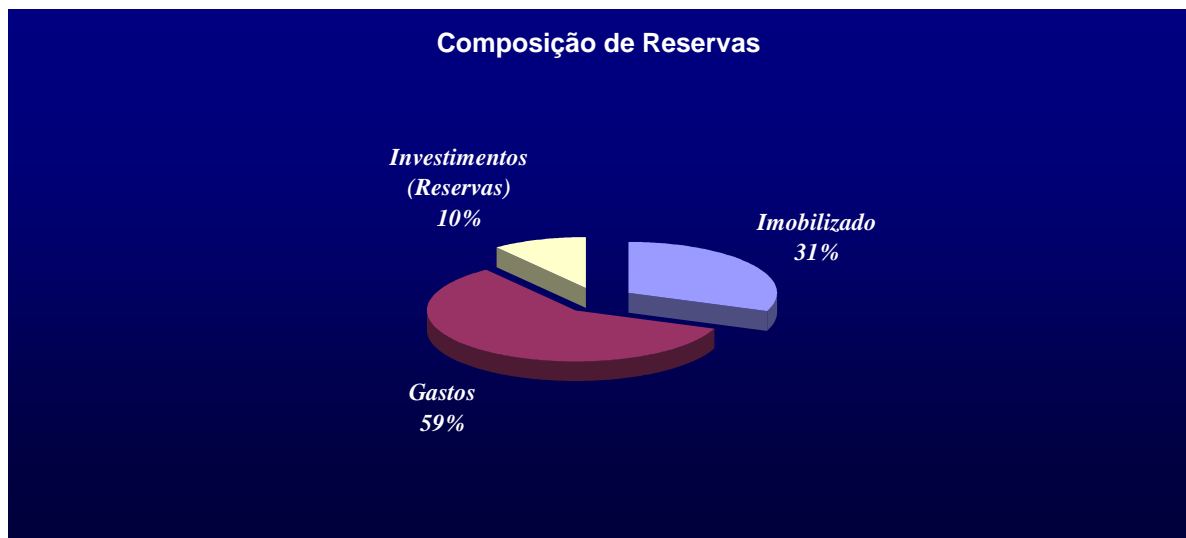


FIGURA 13: EXEMPLO DE COMPOSIÇÃO DE RESERVAS

Fonte: Elaborado pelo autor

3.7 Procure a melhor forma de investir o seu dinheiro

No momento da criação de uma reserva deve-se buscar o maior número possível de informações sobre as diversas formas de investir o dinheiro. Essas informações podem ser obtidas com profissionais da área (planejadores financeiros, contadores, economistas, etc), em bancos, corretoras, livros e revistas especializadas, internet, entre outros. Quanto maior forem as opções existentes, maiores serão as chances de obter um melhor retorno financeiro com menor risco, aplicando em um investimento com um bom rendimento e que apresente uma taxa de administração baixa. A questão da liquidez, ou seja, a forma de resgate do investimento é outro fator bem importante a ser considerado na hora de investir. Algumas formas de aplicação possuem liquidez imediata e outras não, portanto a pessoa deve conciliar este fato as suas necessidades. Devem-se considerar também as questões tributárias envolvidas em cada aplicação e a credibilidade dos gestores destas aplicações, pois estes irão gerenciar o dinheiro aplicado.

Geralmente os maiores retornos envolvem maiores riscos, então no momento da aplicação em algum tipo de investimento, a pessoa deve considerar o seu perfil de investidor e a finalidade a que se destina esta aplicação. O destino do investimento define o perfil de cada agente econômico e este está relacionado ao impacto que terá em sua vida, caso, haja uma possível perda do dinheiro. As pessoas que possuem um perfil mais conservador devem procurar formas de investimento que possuam menor risco, entretanto, apresentam menor rendimento, mas que garantam suas expectativas como caderneta de poupança, alguns fundos de investimentos, títulos de capitalização, entre outros. Aquelas que possuem um perfil de investidor mais arrojado devem procurar os investimentos que garantam maior retorno e conseqüentemente, maior risco como ações, fundos de ações, opções, entre outros. Para as

peessoas que não possuem o hábito de investir, mas que querem começar a aplicar seu dinheiro de forma moderada em outras formas de fontes de investimentos, uma boa solução é diversificar as aplicações. Dividir o dinheiro em fontes de investimentos com características diferentes, faz com que os riscos sejam reduzidos, e aumentem as chances de um bom retorno financeiro. A *figura 14* relaciona alguns tipos de investimentos, analisando o retorno, o risco e a liquidez de cada um.

Tipo de investimento	Retorno	Risco	Liquidez
<i>Ações</i>	<i>Alto</i>	<i>Alto</i>	<i>Imediata</i>
<i>Fundos de Investimento</i>	<i>Alto</i>	<i>Depende do tipo do fundo e da escolha do gestor.</i>	<i>Imediata</i>
<i>Tesouro Direto</i>	<i>Alto</i>	<i>Baixo no caso de pré-fixado. No caso de pós-fixado depende das oscilações da economia.</i>	<i>Recompra Semanal</i>
<i>Caderneta de Poupança</i>	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Imediata</i>

FIGURA 14: QUADRO COMPARATIVO DE INVESTIMENTO (RETORNO, RISCO, LIQUIDEZ)

Fonte: Elaborado pelo autor

3.8 Avalie suas prioridades, evitando pagamentos desnecessários

No momento de adquirir algum imobilizado, a pessoa deve considerar qual tipo de retorno que ela espera, neste caso não se tratando de valores financeiros, já que freqüentemente o imobilizado não gera retorno financeiro, servindo apenas para suprir necessidades psicológicas e culturais, como segurança, conforto, status ou simples consumismo.

Em relação à questão financeira, devem-se levar em consideração os gastos de manutenção futuros decorrentes da aquisição do novo bem. Citando o exemplo da compra de novo automóvel, de valor maior do que o existente deve-se considerar que maiores serão os gastos relacionados a este veículo, e conseqüentemente todo o orçamento deve ser alterado em virtude desta aquisição. Geralmente um veículo mais novo e com maior valor de mercado, agrega maiores valores em relação a seguros, IPVA, manutenção de peças e acessórios, maior consumo de combustível, entre outros.

Tratando-se dos gastos, geralmente os variáveis e financeiros são os responsáveis por grande parcela no consumo dos rendimentos. Deve-se buscar uma política de economia e tentar disponibilizá-los mediante as condições financeiras existentes. Tentar não comprometer os rendimentos com gastos variáveis e financeiros é uma boa alternativa para se tentar criar reservas para investimento. Evitar desperdícios e suprimir alguns desejos reflete positivamente na gestão financeira pessoal.

3.9 Abrir o próprio negócio é um bom negócio.

Uma das melhores formas de se obter um bom retorno financeiro é abrindo o próprio negócio. A pessoa que disponibiliza de capital (*dinheiro ou bens*) e trabalha para terceiros, em algum emprego que não lhe dê estabilidade e acha que não esta sendo bem remunerada, deve abrir o próprio negócio. Quem abre uma empresa tem a chance de obter bons lucros, buscando perpetuidade e saúde financeira ao longo prazo. Entretanto, alguns fatores devem ser considerados. Esta opção exige muito desprendimento e capacidade de trabalho e envolvem inúmeros riscos. Os itens a seguir, irão abordar alguns tópicos que devem ser avaliados no momento da abertura de uma empresa.

3.9.1 Gostar do que se faz é muito importante

A pessoa deve ter interesse pelo que faz. Buscar a realização profissional é muito importante no quesito qualidade de vida. Certamente as chances de se obter sucesso e estabilidade financeira serão bem maiores caso a pessoa goste de sua atividade profissional, já que esta geralmente ocupa grande parte do dia. Para Frankenberg (1999, p. 45)

O sucesso financeiro passa necessariamente pelo gosto que as pessoas têm pelo que fazem. Não é apenas gosto, mas muito mais: é amor, é paixão. Quem gosta do que faz está sempre procurando se aperfeiçoar, reciclar e tem vontade de se aprimorar. Portanto, cada um deve analisar seus dons, descobrir sua vocação, descobrir as atividades físicas ou intelectuais de que mais gosta, para definir seu rumo profissional. Isso é de fundamental importância para aumentar as probabilidades de sucesso.

3.9.2 Quem abre o negócio deve entender do negócio

Nunca se abre um negócio sem entender do ramo de atividade da empresa, salvo algumas exceções. Um empresário não pode ficar nas mãos dos funcionários, pois poderá estar colocando o seu negócio em risco. Não que os colaboradores sejam incapacitados ou despreparados, muito pelo contrário, eles são os alicerces de uma organização, é que o proprietário da firma deve passar credibilidade para seus empregados, e para motivá-los, deve se mostrar envolvido na empresa. Para Frankenberg (1999, p. 360)

Sua constante presença física é vital. Esteja presente e ativo sempre que possível, para pessoalmente conversar com a clientela, conferir produtos, verificar e manter a qualidade, etc. No início, não tente delegar em demasia, antes de conhecer bem seus funcionários (caso houver), avaliando os pontos fortes e fracos e verificando as qualidades e defeitos de cada um.

Saber sobre as diversas áreas de atuação dentro da entidade é fundamental para se buscar sucesso financeiro. Uma boa maneira de analisar os diversos setores é a implantação de sistemas de controles internos eficientes, que irão fornecer informações através de

relatórios, ajudando no momento da tomada de decisão. Estes controles são os procedimentos adotados na organização para sua funcionalidade e operacionalidade.

3.9.3 Avalie tendências e faça pesquisas de mercado

Uma boa maneira de descobrir um ramo de atividade que forneça boa rentabilidade é tentar visualizar as tendências da sociedade, buscando bens e/ou serviços que sejam úteis as pessoas, apresentando algum diferencial em relação aos concorrentes. Conforme consta no site do *SEBRAE* (www.sebrae.com.br)

Você pode começar a observar o mercado concorrente através das mercadorias ou dos serviços que ele oferece. Preste atenção em características como: qualidade, preço, acabamento, durabilidade, funcionalidade, embalagem, tamanho, qualidade no atendimento, facilidade de acesso, forma de apresentar a mercadoria. Você pode, inclusive, experimentar as mercadorias ou serviços que estarão concorrendo com o seu. Verifique o que pode ser melhorado.

Com o avanço da tecnologia, a busca das pessoas por comodidade e conforto é muito maior, aumentando cada dia, as diversas áreas (*indústria, comércio e serviços*) em que se pode atuar. Os serviços, principalmente os profissionais, apresentam uma carga tributária maior do que na indústria e no comércio, entretanto, o investimento inicial numa empresa de serviços é menor, visto que o que será vendido é a prestação de serviços, evitando a aplicação de recursos em imobilizados (produção) e estoques (comercialização).

3.9.4 Procure um bom gestor de contabilidade

O registro de uma empresa nos órgãos competentes (*Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual e Prefeituras*), se faz necessário para que a mesma possua personalidade jurídica. Para efetuar tal registro a empresa necessita de um profissional

de contabilidade, que será o responsável técnico pelas demonstrações contábeis das operações da entidade perante estes órgãos. Segundo o artigo 1.150, de BRASIL (2003)

O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao registro das empresas a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

Além da questão legal e burocrática, a escolha de um bom profissional de contabilidade é fundamental para a elaboração do planejamento estratégico da organização, pois este poderá fornecer informações relacionadas à tributação incidente sobre as atividades, as formas de avaliação de estoque, sistema de custos, elaboração de fluxos de caixas, orçamentos, controles internos, entre outros, visando com isso, à redução dos custos e despesas e a maximização dos lucros, tendo como consequência um maior retorno aos sócios e/ou acionistas da entidade. O profissional de contabilidade deve ser utilizado dentro da organização como um agente de informações, fornecendo através de relatórios dados que servirão de base no momento da tomada de decisão. Para Oliveira e Vasconcelos (2005, p. 66)

Um aspecto da Contabilidade é definir a quem se destinam as suas informações. Estas não se destinam tão-somente ao fisco, aos bancos e aos seus fornecedores. A Contabilidade deve manter uma comunicação contínua com os seus usuários que são, em primeiro plano, os seus clientes, buscando perceber quais são as suas principais necessidades de forma que possa ser um instrumento gerencial eficaz.

Alguns fatores devem ser analisados no momento da contratação de um contador, verificando, por exemplo, se o mesmo está devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, se possui perfil gerencial e empreendedor, se oferece soluções e alternativas diante das exigências dos usuários internos e externos com agilidade e disposição, que tenha conhecimentos na área de informática e se busca atualizar-se diante das alterações ocorridas no mercado e em relação à legislação pertinente. Outro procedimento extremamente necessário a ser feito no momento da constituição de uma empresa é firmar um contrato de

prestação de serviços contábeis com o profissional de contabilidade ou organização contábil, obtendo transparência em todas as ações, obrigações e deveres de ambas as partes. Conforme artigo nº. 1º, de BRASIL (2003)

O contabilista ou a organização contábil deverá manter contrato por escrito de prestação de serviços. O contrato escrito tem por finalidade comprovar os limites e a extensão da responsabilidade técnica, permitindo a segurança das partes e o regular desempenho das obrigações assumidas.

3.9.5 Planejar o negócio é essencial

O planejamento das ações é um dos fatores mais importante para se buscar a estabilidade da organização em longo prazo. A confecção de orçamentos e fluxos de caixas oferece informações relacionadas à capacidade de sobrevivência da empresa em determinado período, considerando custos e despesas fixas em relação ao capital investido. Muitas vezes o capital integralizado não é suficiente para manter a entidade em operação em um determinado tempo, pois esta estima uma demanda que pode não ocorrer, prejudicando as atividades. A falta de capital de giro para as empresas, principalmente micro empresas (ME) e empresas de pequeno porte, logo no início das atividades ocorre com frequência, o que leva a extinção de grande parte delas em apenas um ano de vida empresarial. Ratificando o que foi dito no tópico anterior, o profissional de contabilidade será muito útil, sintetizando estas informações ao empresário. Segundo consta no site do *SEBRAE* (www.sebrae.com.br)

O principal motivo da mortalidade da empresa, segundo os proprietários / administradores, concentra-se na falta de capital de giro, indicando desequilíbrio nas entradas e saídas de recursos na empresa. A escassez de clientes e a recessão econômica são outras razões que provocaram o fechamento das empresas com 01 (uma) pessoa ocupada. Para o grupo de empresas com 02 (dois) até 09 (nove) ocupações, os problemas financeiros merecem destaque junto com a falta de clientes. Segundo os proprietários das empresas com 10 até 19 ocupações, a falta de conhecimentos gerenciais é uma forte razão para a paralisação das atividades.

3.10 Evite a captação de capital de terceiros

Evitar financiamentos, empréstimos, cheque especial e prestações é uma boa maneira de se obter estabilidade financeira nas finanças pessoais, reduzindo com isso o pagamento de juros a terceiros e educando a pessoa a efetuar seus pagamentos mediante as suas condições financeiras, de acordo com seus recebimentos. Apesar de parecer insignificante sendo dissolvido entre as prestações, este valor no montante geral, representa um percentual alto em relação ao recurso obtido, descapitalizando o patrimônio pessoal ao longo do tempo.

Questões como estabilidade no emprego, tratando-se de funcionários de empresas, devem ser consideradas antes de se obter recursos de terceiros, pois uma possível demissão pode comprometer o pagamento das prestações e conseqüentemente a credibilidade no caso de problemas com instituições de proteção ao crédito como *SERASA*²² e *SPC*²³. Em relação a proprietários de empresas, profissionais liberais e autônomos, que recebem seus rendimentos em função dos resultados obtidos com suas operações, um ponto relevante é não buscar recursos em fontes de financiamento tendo uma expectativa de uma possível demanda, o que pode não ocorrer e comprometer a liquidez na gestão pessoal.

A questão de obter recursos de terceiros é muito particular e pessoal, pois depende das necessidades e expectativas de cada pessoa. Muitas vezes para adquirir um imobilizado (*casa, veículos, eletrodomésticos, etc.*) necessita-se da capital de terceiros, pois caso contrário ficaria difícil efetuar tais aquisições.

²² SERASA: Uma das maiores empresas do mundo em análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios. (www.serasa.com.br).

²³ SPC: Serviço de proteção ao crédito.

3.11 Seguro: Fazer ou não Fazer?

Os gastos relacionados com seguros dos ativos (*imobilizados*) dentro da gestão pessoal são relevantes levando-se em consideração a necessidade e o grau de dependência da pessoa em relação a estes bens. Deve ser considerado como um gasto fixo de utilização de determinado bem, contudo garante o retorno deste, no caso de problemas com acidentes, furtos, sinistros, intempéries da natureza, entre outros. Além de reestruturar o patrimônio pessoal, evita preocupações e estresse que possam vir a ocorrer em função da perda do bem.

Segundo Frankenberg (1999, p. 176)

É muitas vezes difícil, ou quase impossível, recuperar um bem perdido de alto valor, pelo qual lutamos por muitos anos. Através do pagamento de um pequeno prêmio anual, temos a certeza de que nosso imenso esforço não se perderá. Quando eventualmente ocorre algum sinistro, o seguro nos permite recuperar seu valor integral.

3.12 Não viver para o dinheiro é saudável

Não vender toda a vida por dinheiro é saudável. O dinheiro é importante, mas não é tudo. Administrar o tempo e dedicar momentos de lazer e diversão com familiares e amigos é muito importante para se obter qualidade de vida e saúde. Ler um bom livro, assistir um filme, ir ao cinema e ao teatro, escutar música, praticar esportes diariamente, entre outras coisas, favorecem para se ter uma vida saudável e feliz.

O estresse e as preocupações do cotidiano podem levar uma pessoa a adoecer. Levar a vida com bom humor ajuda a motivar e a ter estrutura emocional para enfrentar os obstáculos que possam surgir, tanto no meio profissional como pessoal. Responsabilidade não significa estar preocupado com todas as ações do dia a dia, e sim buscar a melhor maneira para que os compromissos sejam cumpridos de forma organizada e por etapas. O planejamento diário das atividades a serem cumpridas no dia seguinte auxilia no bom andamento dos serviços

evitando a ansiedade e o estresse. Mesmo nas situações de falta de dinheiro, preocupações não irão ajudar a resolver os problemas financeiros. Problema é uma ação que requer uma reação. Buscar a solução de problemas de forma paciente é uma boa ferramenta para se viver a vida.

4 CONCLUSÃO

4.1 Objetivo do Manual de Finanças Pessoais

O mau gerenciamento das finanças pessoais gera reflexos diretos na economia. Uma das causas da extinção de muitas empresas em curto prazo se dá pela falta de educação financeira dos empresários, que não possuem conhecimentos relacionados a finanças, contabilidade, administração e economia. Quando abrem uma empresa não é diferente, não elaboram um planejamento estratégico, tributário e financeiro, não conseguindo com isso, maximizar seus lucros e reduzir seus custos, ou mesmo obter estabilidade e saúde financeira em longo prazo. Outro problema relacionado a este fato é que estes não separam as operações financeiras da empresa de suas finanças pessoais, não conseguindo obter informações satisfatórias no momento de tomar alguma decisão. Essa carência de informações relacionadas ao controle e gestão dos patrimônios pessoais e planejamento financeiro, onde a própria contabilidade demonstra deficiência, apresentando poucas bibliografias, foi o principal motivo da elaboração deste Manual de Finanças Pessoais. Sua proposta não foi o de indicar onde se ganha mais rendimentos ou melhores resultados, e sim definir conceitos de contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimento, voltados para a gestão pessoal e evidenciando sua importância na busca pelo sucesso financeiro.

4.2 Considerações Finais

O assunto finanças pessoais deveria ser enfatizado desde o ensino fundamental, para que os jovens começassem a visualizar a importância de uma boa gestão do patrimônio pessoal. Informações de planejamento, contabilidade, administração e economia deveriam ser de

acesso a todas as pessoas desde cedo. O governo deveria incentivar e subsidiar instituições de ensino, em parceria com entidades de classes, para buscar novas formas de informar a sociedade da importância de uma boa gestão nas finanças pessoais. Principalmente em relação aos futuros profissionais de contabilidade para que inicie já em fase acadêmica a aplicação da contabilidade em sua gestão pessoal, aumentando suas chances de sucesso financeiro e visualizando a ciência contábil sendo aplicada na prática, servindo como preparação profissional no momento da inserção no mercado de trabalho. Além disso, finanças pessoais é um bom ramo dentro das áreas de finanças, sendo mais uma opção no mercado de trabalho para os profissionais de contabilidade, podendo atuar como planejadores e/ou consultores financeiros de patrimônios individuais.

REFERÊNCIAS

ANBID. Como investir? Disponível em <<http://www.comoinvestir.com.br>>. Acesso em: 26 outubro 2005.

BOVESPA: a bolsa do Brasil. Site oficial da BOVESPA. Disponível em <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 01 novembro 2005.

BRASIL, **Decreto nº. 3.000** de 26 de março de 1999. Regulamento do imposto de renda (RIR/99), disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 30 abril 2005.

BRASIL, **Decreto nº. 2.993**, de 17 de fevereiro de 1989. Regulamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (RIPVA/89), disponível em: <<http://sef.sc.gov.br>>. Acesso em 17 agosto 2005.

BRASIL, **Decreto nº. 2.884**, de 30 de dezembro de 2004. Regulamento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos do Estado de Santa Catarina (RITCMD/04), disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br>>. Acesso em 17 agosto 2005.

BRASIL, **Instrução Normativa SRF nº. 488**, de 30 de dezembro de 2004, disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 09 novembro 2005.

BRASIL, **Instrução Normativa SRF nº. 84**, de 11 de outubro de 2001, disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 09 novembro 2005.

BRASIL, **Lei nº. 13.136**, de 25 de novembro de 2004, disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br>>. Acesso em 17 agosto 2005.

BRASIL, **Lei nº. 11.119**, de 25 de maio de 2005, disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2005.

BRASIL, **Lei nº. 11.033** de 21 de dezembro de 2004, disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 09 novembro 2005.

BRASIL, **Lei nº. 10.406**, de 11 de janeiro de 2003. Novo Código Civil Brasileiro.

BRASIL, **Lei nº. 7.543**, de 30 de dezembro de 1988, disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br>>. Acesso em 17 agosto 2005.

BRASIL, **Lei nº. 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Lei das sociedades anônimas, aplicável às demais sociedades.

BRASIL, **Lei nº. 5.054**, de 06 de janeiro de 1997, disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2005.

BRASIL, **Portaria MPS nº. 822**, de 11 de maio de 2005, disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em: 19 maio 2005.

BRASIL, **Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 987**, de 11 de dezembro de 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Academia Brasileira de Letras: Nova Fronteira, 1977.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade comercial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro, você é o maior responsável**: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et al. **Contabilidade Introdutória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Site oficial do IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 novembro 2005.

KIYOSAKI, Robert T; LECHTER, Sharon L. **Pai rico pai pobre**. 56. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEONE, George Guerra. **Custos**: um enfoque administrativo. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. TESOURO NACIONAL. Site Oficial. Disponível em <<http://www.tesourodireto.gov.br>>. Acesso em: 15 agosto 2005.

NEVES, Silvério das Neves; VICECONTI, Paulo E.V. **Contabilidade Avançada e análise das demonstrações financeiras**. 8. ed. São Paulo: Frase, 1999.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa**: uma visão holística do conhecimento humano. São Paulo: Ltr, 2000.

OLIVEIRA, Célio Roberto I. VASCONCELOS, Mércia Fernades. Importância da participação do contador no processo de implantação de sistemas integrados de gestão: um estudo de caso. **Revista brasileira de contabilidade**. Nº. 154, 2005.

PRIBERAM. Site Oficial do PRIBERAM. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em: 25 abril 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Site Oficial do SEBRAE. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 10 novembro 2005.

SERASA. Site Oficial do SERASA. Disponível em <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em: 14 novembro 2005.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em finanças pessoais**: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.